



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2014

COMPOSIÇÃO

CONSELHEIROS

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente

Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Vice-Presidente

Cláudio Couto Terrão - Corregedor

Wanderley Geraldo de Ávila

Mauri José Torres Duarte - Ouvidor

José Alves Viana

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Daniel de Carvalho Guimarães - Procurador-Geral

Elke Andrade Soares de Moura Silva - Subprocuradora-Geral

Maria Cecília Mendes Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Cristina Andrade Melo

CORPO DELIBERATIVO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente
Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Vice-Presidente
Cláudio Couto Terrão - Corregedor
Wanderley Geraldo de Ávila
Mauri José Torres Duarte - Ouvidor
José Alves Viana
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

As reuniões do Tribunal Pleno ocorrem nas quartas-feiras, às 14h.

COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Presidente
Wanderley Geraldo de Ávila
José Alves Viana
Hamilton Antônio Coelho

As reuniões da Primeira Câmara ocorrem nas terças-feiras, às 14h30min.

COMPOSIÇÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Wanderley Geraldo de Ávila - Presidente
Mauri José Torres Duarte
Gilberto Pinto Monteiro Diniz
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

As reuniões da Segunda Câmara ocorrem nas quintas-feiras, às 10h.

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso IX do art. 4º da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apresenta o relatório das atividades desenvolvidas no exercício de 2014, conforme o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Em 2014 foram obtidos avanços significativos no aprimoramento do exercício do controle externo, do controle social e na melhoria dos processos internos. Foram intensificadas as atividades voltadas para a orientação dos jurisdicionados, a capacitação dos servidores e o estímulo ao controle por parte da sociedade.

Com vistas ao encerramento do ciclo do Plano Estratégico relativo ao período 2010-2014, o Tribunal focou suas atividades no cumprimento dos objetivos estabelecidos no respectivo Plano, em especial o de racionalizar a geração, reduzir o número e conferir maior celeridade na tramitação dos processos e o de aprimorar a gestão voltada para resultados, visando alcançar maior efetividade das ações de controle externo.

As ações desenvolvidas e registradas neste relatório só foram concretizadas devido ao sincronismo do trabalho das unidades da Instituição, à interação com os Membros do Tribunal e, principalmente, devido ao comprometimento dos servidores, que com dedicação e afinho estão sempre atentos aos desafios da gestão pública contemporânea que demanda melhorias contínuas para garantir a efetividade e a eficácia das ações desenvolvidas por esta Corte de Contas Mineira.

Adriene Barbosa de Faria Andrade

Presidente

SUMÁRIO

1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	11
2 TCEMG EM NÚMEROS	12
3 MAPA ESTRATÉGICO	13
4 JURISDIÇÃO	14
5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....	16
5.1 Autuação	16
5.2 Distribuição	17
5.3 Superintendência do Controle Externo	23
5.3.1 Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo.....	23
5.3.1.1 Diretoria de Controle Externo dos Municípios.....	23
5.3.1.2 Diretoria de Controle Externo do Estado.....	24
5.3.1.3 Diretoria de Matérias Especiais.....	24
5.3.1.4 Diretoria de Engenharia e Perícia	25
5.3.1.5 Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal	25
5.3.2 Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo	26
5.3.3 Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo.....	32
5.3.4 Capacitação de Servidores.....	36
5.4 Deliberações	44
5.4.1 Tribunal Pleno	45
5.4.2 Primeira e Segunda Câmaras.....	46
5.4.3 Decisões Monocráticas	49
5.4.4 Deliberação em Parecer Prévio	51
5.4.5 Deliberação em Consulta.....	52
5.5 Resoluções, Instruções Normativas e Decisões Normativas	60
5.6 Registro de Atos.....	63
5.7 Exame Prévio de Instrumento Convocatório	64
5.8 Sanções	65
5.9 Recursos Deliberados	69
5.10 Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados	70
5.11 Certidões.....	71
5.12 Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas	72
6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS	73
7 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	77
7.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”	77
7.2 Eventos Internos e Externos	77

8	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	86
8.1	Portal do TCEMG na Internet	86
8.2	Serviços e Sistemas Informatizados.....	87
8.3	Intranet	89
8.4	Redes Sociais (Twitter e Facebook).....	89
8.5	Informativo de Jurisprudência	90
8.6	Revista do Tribunal de Contas	91
8.7	Biblioteca Aloyzio Alves da Costa	91
8.8	Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ.....	91
9	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....	93
10	CONTROLE INTERNO.....	94
10.1	Atividades Desenvolvidas.....	95
10.2	Capacitação de Servidores	96
11	CONTROLE SOCIAL	97
11.1	Ouvidoria	97
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TCEMG em Números.....	12
TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal.....	15
TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual.....	15
TABELA 4 - Processos Autuados.....	16
TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros.....	18
TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos.....	21
TABELA 7 - Ações de Controle Externo.....	26
TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM.....	32
TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE.....	33
TABELA 10 - Processos Examinados pela DME.....	35
TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP.....	35
TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP.....	36
TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM.....	36
TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE.....	38
TABELA 15 - Participação em Eventos - DME.....	40
TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP.....	42
TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP.....	43
TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno.....	45
TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras.....	46
TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática.....	49
TABELA 21 - Consultas.....	52
TABELA 22 - Resoluções.....	60
TABELA 23 - Instruções Normativas.....	62
TABELA 24 - Decisões Normativas.....	63
TABELA 25 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade.....	66
TABELA 26 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade.....	67
TABELA 27 - Multa.....	68
TABELA 28 - Ressarcimento ao Erário.....	68
TABELA 29 - Certidões Emitidas.....	71
TABELA 30 - Eventos Internos.....	77

TABELA 31 - Eventos Externos	81
TABELA 32 - Portal.....	86
TABELA 33 - Serviços e Sistemas Informatizados.....	87
TABELA 34 - Intranet.....	89
TABELA 35 - Notícias de Maior Repercussão	89
TABELA 36 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência	90
TABELA 37 - Atividades Relacionadas à Revista	91
TABELA 38 - Atividades Relacionadas à Biblioteca.....	91
TABELA 39 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente.....	91
TABELA 40 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto.....	92
TABELA 41 - Execução Orçamentária	93
TABELA 42 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna.....	95
TABELA 43 - Participação em Eventos - Controladoria Interna	96
TABELA 44 - Demandas Encaminhadas	100

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados.....	45
GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio.....	51
GRÁFICO 3 - Registro de Atos.....	64
GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário	68
GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados	69
GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados	70
GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas	72
GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas	98
GRÁFICO 9 - Assuntos Ouvidoria Externa	98
GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna	99
GRÁFICO 11 - Origem das Demandas.....	99
GRÁFICO 12 - Situação das Demandas	100
GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis).....	101

1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores, onde missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; os valores, a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

Missão

Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

Visão

Ser instituição de referência na garantia do direito da sociedade à regular e efetiva gestão dos recursos públicos.

Valores

Ética, justiça, efetividade, transparência e compromisso social.

2 TCEMG EM NÚMEROS

Os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no exercício de 2014 pelo Tribunal de Contas estão sintetizados na Tabela 1.

TABELA 1 - TCEMG em Números

Atividade	Quantidade
Processos autuados	32.719
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros	24.359
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros	16.882
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	6.967
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	448
Processos examinados pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo	33.358
Citações, intimações e demais comunicações	28.075
Sessões realizadas	107
Processos deliberados	42.388
Multas aplicadas	R\$ 3,8 milhões
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$ 5,8 milhões
Intimações encaminhadas aos responsáveis para pagamento de multa e para ressarcimento ao erário	593
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao TCEMG para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	324
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Multa	R\$ 671,2 mil
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Ressarcimento ao erário	R\$ 20,2 mil
Registros de Atos/Títulos - Aposentadorias, Reformas e Pensões	30.818
Pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelos Prefeitos	1.197
Consultas respondidas	32
Editais de concursos públicos suspensos	9
Procedimentos licitatórios suspensos	94
Recursos deliberados	678
Acórdãos publicados	9.037
Notas taquigráficas emitidas	18.128

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

3 MAPA ESTRATÉGICO

Mapa estratégico é a representação gráfica da estratégia de uma organização, por intermédio de um conjunto de objetivos balanceados em diversas perspectivas e interligados por relações de causa e efeito, associados a indicadores de resultados. Mostra como as iniciativas estratégicas e os recursos serão convertidos em resultados, proporcionando um referencial comum de fácil compreensão para os colaboradores, que passam a ter a clara percepção de como suas atividades estão ligadas aos objetivos gerais da organização, possibilitando uma atuação coordenada e integrada nos diversos níveis organizacionais.



4 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, com sede na Capital, presta auxílio ao Poder Legislativo e tem jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais e da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Nos termos do art. 2º do Regimento Interno – Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008 –, estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas:

I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;

II - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que assuma, em nome do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, obrigação de natureza pecuniária;

III - aquele que der causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que resultem dano ao erário estadual ou municipal;

IV - aquele que deva prestar contas ao Tribunal ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei;

V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres;

VI - o responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições parafiscais e preste serviço de interesse público ou social;

VII - o dirigente ou liquidante de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição da República.

São jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal

Órgão/Entidade	Quantidade
Prefeituras	853
Câmaras	853
Autarquias	134
Fundações	83
Consórcios	114
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Prefeitura	247
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Câmara	4
Sociedades de Economia Mista - Não Dependentes	8
Sociedades de Economia Mista - Dependentes	2
Empresas Públicas - Não Dependentes	14
Empresas Públicas - Dependentes	4
Fundos Públicos Municipais	859
Associação	1
Total	3.176

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual

Órgão/Entidade	Quantidade
Secretarias	24
Outros Órgãos vinculados ao Executivo	16
Autarquias	20
Fundações	25
Sociedades de Economia Mista - Não Dependentes	27
Empresas Públicas - Não Dependentes	7
Empresas Públicas - Dependentes	3
Fundos Públicos vinculados ao Executivo	30
Órgão vinculado ao Legislativo	1
Fundo Público vinculado ao Legislativo	1
Outro Órgão vinculado ao Legislativo	1
Órgãos do Judiciário	2
Órgãos Autônomos	2
Fundos Públicos vinculados aos Órgãos Autônomos	2
Outro Órgão Autônomo	1
Total	162

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

5.1 Autuação

Nos termos do art. 111 do Regimento Interno, somente serão autuados os documentos, de origem interna ou externa, que exijam tramitação e instrução específica para deliberação do Tribunal, devendo, para tanto, receber numeração e serem classificados segundo as naturezas previstas em ato normativo próprio.

No exercício de 2014, foram autuados 32.719 (trinta e dois mil, setecentos e dezenove) processos, como discriminado na Tabela 4.

TABELA 4 - Processos Autuados

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	25
Aposentadoria	24.193
Assunto Administrativo - Ato Normativo	35
Assunto Administrativo - Câmaras	215
Assunto Administrativo - Pleno	306
Ato Revisional - EC 70/2012	2
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	1
Auditoria	30
Auditoria Operacional	2
Balanço Geral do Estado	1
Complemento de Proventos de Aposentadoria	1
Consulta	130
Contrato	1
Contrato TCE	92
Convênio TCE	30
Denúncia	522
Edital de Concurso Público	37
Edital de Licitação	70

TABELA 4 - Processos Autuados

Natureza	(conclusão)
	Quantidade
Embargos Declaratórios	45
Incidente de Inconstitucionalidade	1
Licitação	1
Licitação TCE	191
Monitoramento	3
Pedido de Reexame	88
Pedido de Rescisão	8
Pensão	5.122
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	6
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	2
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	199
Prestação de Contas de Exercício	40
Prestação de Contas do Executivo Municipal	854
Processo Administrativo	3
Recurso Administrativo	5
Recurso Ordinário	152
Reforma	19
Representação	149
Termo de Ajustamento de Gestão	1
Termo de Cooperação Técnica	2
Tomada de Contas Especial	122
Tomada de Contas Extraordinária	13
Total	32.719

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.2 Distribuição

Na distribuição dos processos são observados os princípios da publicidade, da alternatividade e da aleatoriedade.

O parágrafo único do art. 113 do Regimento Interno dispõe que a distribuição deverá ser equânime, de forma a assegurar o equilíbrio quantitativo do volume de processos da mesma classe entre os

Relatores e os membros do Ministério Público, observados os critérios estabelecidos em ato normativo próprio.

Foram distribuídos, no exercício de 2014, 31.326 (trinta e um mil, trezentos e vinte e seis) processos aos relatores, sendo 24.359 (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove) entre os Conselheiros e 6.967 (seis mil, novecentos e sessenta e sete) entre os Conselheiros Substitutos, como demonstrado nas Tabelas 5 e 6.

Também foram redistribuídos aos relatores, no exercício de 2014, 17.330 (dezessete mil, trezentos e trinta) processos, sendo 16.882 (dezesseis mil, oitocentos e oitenta e dois) processos entre os Conselheiros e 448 (quatrocentos e quarenta e oito) entre os Conselheiros Substitutos.

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Acompanhamento	-	1	1
Agravo	22	24	46
Aposentadoria	17.529	6.961	24.490
Apostila	-	6	6
Apostila Retificatória de Proventos	-	2	2
Assunto Administrativo - Ato Normativo	35	10	45
Assunto Administrativo - Câmaras	215	373	588
Assunto Administrativo - Pleno	346	27	373
Ato Retificador de Aposentadoria	-	5	5
Ato Revisional - EC 70/2012	1	-	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	1	247	248
Auditoria	17	22	39
Auditoria Operacional	2	1	3
Balancete Mensal	5	199	204
Balanço	-	1	1
Balanço Geral	-	3	3
Balanço Geral do Estado	1	-	1
Complemento de Benefícios de Pensão	-	4	4
Complemento de Proventos de Aposentadoria	1	54	55
Consulta	130	47	177
Contrato	1	99	100

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Contrato TCE	74	-	74
Convênio	-	180	180
Convênio TCE	26	-	26
Denúncia	362	513	875
Dispensa de Licitação	-	2	2
Distrato	-	1	1
Edital de Concurso Público	27	54	81
Edital de Licitação	64	46	110
Embargos Declaratórios	42	17	59
Incidente de Inconstitucionalidade	1	1	2
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	-	8	8
Inspeção Extraordinária	-	15	15
Inspeção Extraordinária - Atos de Admissão	-	1	1
Inspeção Extraordinária - Licitação	-	9	9
Inspeção Ordinária	-	215	215
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	-	10	10
Inspeção Ordinária - Licitação	-	18	18
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	95	95
Licitação	1	33	34
Licitação TCE	145	1	146
Monitoramento	3	1	4
Pedido de Auditoria	-	2	2
Pedido de Inspeção	-	1	1
Pedido de Reconsideração	-	1	1
Pedido de Reexame	66	172	238
Pedido de Rescisão	8	9	17
Pensão	3.379	1.788	5.167
Prestação de Contas	-	1	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	5	52	57
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	-	4	4

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	2	15	17
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	150	137	287
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	2	16	18
Prestação de Contas de Adiantamento	-	2	2
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	-	22	22
Prestação de Contas de Contrato	-	1	1
Prestação de Contas de Convênio	-	200	200
Prestação de Contas de Exercício	30	170	200
Prestação de Contas de Ordenadores	-	3	3
Prestação de Contas de Termo Aditivo	-	2	2
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	-	5	5
Prestação de Contas do Executivo Municipal	643	175	818
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	-	212	212
Prestação de Contas Municipal	-	1.246	1.246
Processo Administrativo	3	1.355	1.358
Recurso Administrativo	5	11	16
Recurso de Agravo	-	1	1
Recurso de Reconsideração	-	22	22
Recurso de Rescisão	-	2	2
Recurso de Revisão	-	132	132
Recurso Ordinário	152	259	411
Reforma	650	657	1.307
Relatório de Auditoria	-	3	3
Relatório de Avaliação Atuarial	-	1	1
Relatório de Inspeção	-	55	55
Relatório de Inspeção - Licitação	-	8	8
Relatório de Inspeção Extraordinária	-	2	2
Representação	115	195	310
Reversão de Aposentadoria	-	1	1
Termo Aditivo a Contrato	-	114	114

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(conclusão)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Termo Aditivo a Convênio	-	67	67
Termo de Acordo	-	2	2
Termo de Ajustamento de Gestão	1	-	1
Termo de Cessão	-	1	1
Termo de Cooperação	-	2	2
Termo de Cooperação Técnica	2	2	4
Termo de Doação	-	1	1
Termo de Re-ratificação	-	1	1
Termo de Rescisão de Contrato	-	1	1
Termo de Rescisão de Convênio	-	1	1
Tomada de Contas	-	50	50
Tomada de Contas Especial	88	389	477
Tomada de Contas Extraordinária	7	5	12
Total	24.359	16.882	41.241

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Agravo	3	2	5
Aposentadoria	5.063	14	5.077
Ato Retificador de Aposentadoria	-	1	1
Ato Revisional - EC 70/2012	1	-	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	-	20	20
Auditoria	13	1	14
Balancete Mensal	-	40	40
Convênio	-	5	5
Denúncia	159	68	227
Edital de Concurso Público	10	7	17
Edital de Licitação	5	4	9
Embargos Declaratórios	2	-	2
Inspeção Extraordinária - Licitação	-	2	2
Inspeção Ordinária	-	20	20

TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos

(conclusão)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	-	1	1
Inspeção Ordinária - Licitação	-	1	1
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	19	19
Pedido de Auditoria	-	1	1
Pedido de Reexame	23	93	116
Pensão	1.110	5	1.115
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	1	1	2
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	1	1	2
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	49	2	51
Prestação de Contas de Convênio	-	4	4
Prestação de Contas de Exercício	10	5	15
Prestação de Contas de Ordenadores	-	1	1
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	-	1	1
Prestação de Contas do Executivo Municipal	212	3	215
Prestação de Contas Municipal	-	43	43
Processo Administrativo	-	45	45
Recurso de Reconsideração	-	1	1
Recurso de Revisão	-	1	1
Recurso Ordinário	-	1	1
Reforma	218	-	218
Relatório de Inspeção	-	3	3
Representação	53	19	72
Tomada de Contas	-	1	1
Tomada de Contas Especial	32	12	44
Tomada de Contas Extraordinária	2	-	2
Total	6.967	448	7.415

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.3 Superintendência do Controle Externo

A Superintendência do Controle Externo tem por finalidade gerenciar a área técnico-executiva de controle externo, visando prestar apoio e assessoramento à Presidência e à Diretoria Geral do Tribunal.

São subordinadas à Superintendência do Controle Externo:

- Diretoria de Controle Externo dos Municípios;
- Diretoria de Controle Externo do Estado;
- Diretoria de Matérias Especiais;
- Diretoria de Engenharia e Perícia;
- Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal;
- Assessoria para Coordenação da Fiscalização Integrada - SURICATO;
- Comissão para Acompanhamento da Execução das Ações Referentes à Copa de 2014 e Planejamento de sua Fiscalização - FISCOPA.

5.3.1 Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo

5.3.1.1 Diretoria de Controle Externo dos Municípios

A Diretoria de Controle Externo dos Municípios tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- 1ª a 9ª Coordenadorias de Fiscalização dos Municípios, que têm por finalidade executar ações de controle e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional ou patrimonial da Administração Municipal;
- Assessoria para Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Fiscalização Municipal - SICOM.

5.3.1.2 Diretoria de Controle Externo do Estado

A Diretoria de Controle Externo do Estado tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito da Administração Estadual, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado, que tem por finalidade acompanhar e analisar a gestão do Governo do Estado, em seus aspectos globais;
- 1ª a 4ª Coordenadorias de Fiscalização do Estado, que têm por finalidade executar ações de controle em suas áreas de atuação e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial da Administração Estadual.

5.3.1.3 Diretoria de Matérias Especiais

A Diretoria de Matérias Especiais tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Análise de Editais de Licitação, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de licitação;
- Coordenadoria de Auditoria Operacional, que tem por finalidade realizar de forma precípua auditorias operacionais no âmbito de jurisdição do Tribunal, bem como desenvolver e disseminar métodos e técnicas sobre essa modalidade de auditoria;
- Coordenadoria de Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais, que tem por finalidade examinar processos de empréstimos e operações de crédito externo, bem como a aplicação dos recursos deles resultantes.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Matérias Especiais possui em sua estrutura uma Comissão de Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

5.3.1.4 Diretoria de Engenharia e Perícia

A Diretoria de Engenharia e Perícia tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas, que tem por finalidade fiscalizar as concessões comuns, administrativas e patrocinadas e as parcerias público-privadas, no âmbito estadual e no municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia, que tem por finalidade promover as ações de controle externo em obras e serviços de engenharia, executados ou contratados por órgãos ou entidades sujeitos à fiscalização do Tribunal.

5.3.1.5 Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo sobre os atos de gestão de pessoal do Estado e dos Municípios, incluídos os editais de concursos públicos e de outros procedimentos de seleção de pessoal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Municipal, que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria ou pensão, bem como os atos de complementação ou de cancelamento, no âmbito municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Estadual, que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria, reforma ou pensão, bem como os atos de complementação ou cancelamento na Administração Direta ou Indireta Estadual;
- Coordenadoria de Análise de Editais de Concursos Públicos, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de concurso público.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal possui em sua estrutura uma Assessoria de Apoio à Fiscalização de Atos de Pessoal.

5.3.2 Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo

Entre as ações de controle externo realizadas no exercício de 2014, destacam-se:

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Atividades relacionadas à fiscalização de projetos e/ou programas estaduais financiados com recursos oriundos de operações de crédito pactuadas com organismos internacionais:
Realização de auditoria referente ao Contrato de Empréstimo nº 2232/OC-BR, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Verificação dos controles internos aplicados ao projeto de fortalecimento institucional para modernização da gestão fiscal do Estado de Minas Gerais, PROFORT/SEF e PROFISCO/MG, para avaliação das demonstrações financeiras apresentadas pela SEF/MG, para a análise da conformidade das aquisições e do cumprimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo nº 2232/OC BR.
Realização de auditoria nos desembolsos efetuados no exercício de 2013 relativos ao componente de Assistência Técnica do Contrato de Empréstimo nº 7547-BR, firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Estado de Minas Gerais.
Planejamento e execução dos trabalhos de auditoria referentes ao componente de Assistência Técnica do Contrato de Empréstimo 7547-BR, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2014, e monitoramento das recomendações dos relatórios anteriores.
Verificação dos controles internos aplicados ao componente de Assistência Técnica do Contrato de Empréstimo nº 7547-BR, para avaliação das demonstrações financeiras apresentadas pela SEPLAG/MG, para a análise da conformidade das aquisições, incluindo o do cumprimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo.
Reunião técnica na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a fim de ampliar a interlocução com os organismos de fomento e de controle nacionais para o desenvolvimento de políticas de capacitação e de instrumentalização do corpo técnico dos órgãos de controle na melhoria dos trabalhos de auditoria.
Ações relacionadas com a realização de Auditorias Operacionais:
Análise técnica dos planos de ação da auditoria realizada no Programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos - Processo nº 888.170.
Elaboração do Sumário Executivo sobre a auditoria operacional no Programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos (consignado no referido documento as boas práticas, os principais problemas identificados, bem como as recomendações e determinações proferidas pelo TCEMG no respectivo processo de auditoria).

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Conclusão da análise técnica do plano de ação referente ao monitoramento da auditoria operacional iniciada em 2009, na Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de avaliar o Programa Saúde em Casa, estruturado em função do Programa Federal Saúde da Família.
Finalização da matriz de planejamento e dos instrumentos de coleta de dados, bem como dos trabalhos de campo da auditoria operacional realizada para avaliar o desempenho das políticas públicas municipais na mitigação dos impactos negativos da mineração, em especial os ambientais e os de concentração (não diversificação) das atividades econômicas, e está sendo realizada a análise dos dados para dar início à confecção da Matriz de Achados.
Conclusão da redação do relatório preliminar da auditoria operacional realizada no SISEMA, que teve por objetivo avaliar o desempenho de suas atividades relativas ao setor de mineração, com ênfase na extração de minério de ferro.
Divulgação dos resultados da auditoria operacional realizada nas Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado para a sociedade.
Análise técnica dos planos de ação das auditorias operacionais realizadas nos Programas “Travessia e Farmácia de Minas”, a fim de subsidiar a decisão do Colegiado na apreciação dos mencionados instrumentos, necessários ao monitoramento das recomendações exaradas pelo Tribunal.
Aplicação de técnicas de diagnóstico e levantamento de informações preliminares, bem como conclusão da elaboração do relatório preliminar de auditoria operacional coordenada no tema saúde, em cumprimento ao cronograma definido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Comitê de Auditoria do Instituto Rui Barbosa, responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos trabalhos em nível nacional.
Conclusão do Relatório Preliminar da Auditoria Operacional Coordenada no Ensino Médio bem como da análise técnica do plano de ação referente ao monitoramento da auditoria operacional coordenada no Ensino Médio, cumprindo, dessa forma, mais uma etapa do cronograma definido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional do Instituto Rui Barbosa, responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos trabalhos em nível nacional.
Outras ações relativas a auditorias e inspeções – Estado:
Conclusão da auditoria de desempenho dos controles internos voltados para as transferências voluntárias realizada na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, cujos resultados poderão refletir no aprimoramento dos procedimentos de controle utilizados em outros órgãos e entidades da Administração do Estado.
Elaboração do memorando e matriz de planejamento de auditoria financeira na Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG), bem como início ao respectivo trabalho, em observância ao plano anual de auditoria do TCEMG, e sob a égide das Normas Brasileiras de Auditoria e Normas Internacionais de Revisão – NBC TR 2400, Resolução CFC 1.275/10.
Auditoria de revisão das demonstrações contábeis da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (exercício 2013).
Desenvolvimento de auditoria <i>on line</i> visando implementar o sistema SAFE, dando continuidade aos trabalhos já iniciados.

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Conclusão da elaboração do relatório final de auditoria realizada na COPASA-MG – Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de MG – COPANOR, em cumprimento ao Plano Anual de Auditorias desta Corte referente ao exercício de 2012.
Realização de fiscalização na modalidade Levantamento, na Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, com visita técnica em Araxá, nas sedes da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá.
Ações relacionadas à realização da Copa 2014:
Acompanhamento das publicações dos editais de licitação referentes à Copa 2014.
Análise dos editais referentes às ações da COPA do Mundo 2014.
Realização de auditorias no DEOP (Mineirão) e na SUDECAP (BRT Área Central).
Ações de acompanhamento e monitoramento da Gestão Estadual:
Acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal dos órgãos e poderes do Estado, exercício de 2013, visando à análise da gestão do Governo.
Elaboração do relatório sobre o acompanhamento da macrogestão do governo estadual e sobre o Balanço Geral do Estado, exercício de 2013, por intermédio dos dados disponibilizados nos sistemas informatizados do Poder Executivo e nos sites oficiais dos órgãos e entidades dos poderes da administração direta e indireta do Estado, o qual subsidiará a emissão do Parecer Prévio por parte do Tribunal de Contas, em conformidade com o art. 40 da Lei Complementar nº 102 c/c o art. 232, parágrafo único, da Resolução nº 12/2008, Regimento Interno do TCEMG.
Levantamento de dados e informações para a implementação do Banco de Dados sobre Receita e Renúncia de Receita no âmbito do Estado de Minas Gerais.
Acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal dos órgãos e poderes do Estado, referentes ao exercício de 2014, visando à análise da gestão do Governo.
Reuniões técnicas para o aperfeiçoamento do processo de avaliação dos resultados e impactos das políticas públicas estaduais, a partir da estratégia de desenvolvimento delineada no PMDI e materializada por meio dos programas constantes do PPAG e da Lei Orçamentária. Essa avaliação foi iniciada no exame da Prestação de Contas Governamentais de 2010 e tem o intuito de dar continuidade ao aprimoramento do controle externo das contas públicas, em busca de uma fiscalização que, não apenas avalie a qualidade e o impacto produzido na realidade existente, mas também, busque contribuir de forma proativa para o melhor emprego dos recursos públicos.
Análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, suas memórias de cálculo e a metodologia dos valores referentes aos dois primeiros quadrimestres de 2014, para fins de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado e de aferição do cumprimento, pela Administração Pública, dos limites e das vedações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
<p>Elaboração do relatório sobre o acompanhamento e a análise da gestão estadual, em seus aspectos globais e sobre a regularidade das contas do responsável pelo governo do Estado no exercício de 2013, objetivando dar cumprimento ao mandamento constitucional insculpido no art. 76, I da Constituição do Estado de 1989. Neste relatório são abordados temas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de índices constitucionais da saúde e educação; • Observância do percentual constitucional estabelecido para o repasse de recursos à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais, visando ao atendimento da relação entre investimentos em transporte e sistema viário e os realizados na saúde, e ao cumprimento da exigência de se publicar o montante dos gastos realizados com publicidade; • Restos a pagar contrapostos às disponibilidades de caixa para a verificação da existência de lastro financeiro para acobertar as despesas no exercício subsequente, com ênfase no acompanhamento dos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato; • Atendimento aos limites da dívida estabelecidos em legislação infraconstitucional (índice de endividamento); • Despesa de pessoal em atendimento às disposições constitucionais e legais; • Sustentabilidade financeira e atuarial do regime próprio de previdência; <ul style="list-style-type: none"> • Verificação da renúncia de receita, quando ocorrer, e do respectivo contingenciamento da despesa em conformidade com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal; • Dívida ativa; • Precatórios; • Análise dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial; • Perspectivas econômicas (cenários de médio e longo prazo, impactos nos instrumentos de planejamento e sua execução, resultados fiscais); • Gestão da dívida pública (cenários, renegociação, impactos de longo prazo); • Avaliação da gestão matricial (atuação do governo em redes); • Situação fiscal/resultados e impactos na implementação das políticas públicas (avaliação de desempenho).
Ações de fiscalização dos Municípios:
<p>Planejamento e realização de auditorias e auditorias extraordinárias (prospecção e execução) nos seguintes municípios: Abadia dos Dourados, Araguari, Araçuaí, Caratinga, Carbonita, Comercinho, Felixlândia, Itabirito, Ituêta, Ibiá, Inhaúma, Nanuque, Espinosa, Mato Verde, Montes Claros, Serra dos Aimorés, São Gotardo, Patrocínio, Vespasiano e, também, na Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte.</p>

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Planejamento e realização de inspeções nos seguintes órgãos: Prefeituras Municipais de Belo Oriente, Carangola, Cordislândia, Divinópolis, Divisa Alegre, Ipiacu, Itaúna, Itamonte, Mariana, Minas Novas, Monte Carmelo, Natércia, Nova Belém, São Gotardo do Rio Abaixo e Três Corações; Câmaras Municipais de Belo Oriente, Cordislândia e Divinópolis; Instituto de Previdência Municipal de Piranga e de Três Corações; Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Carangola e Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa; Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte.
Realização de inspeções extraordinárias nas Prefeituras Municipais de Contagem, Itabira, Monte Carmelo e Nova Ponte.
Acompanhamento para fiscalização de obras em municípios questionados pelo Ministério Público de Contas.
Ações relacionadas ao Geo-Obras:
Levantamento diário dos dados de licitações, contratos e outros objetos pesquisados diariamente no jornal Diário Oficial do Estado, com anotações em planilhas, para alimentar o sistema Geo-Obras.
Monitoramento do Sistema Geo-Obras.
Conclusão das etapas de teste e implementação definitiva do Geo-Obras - Sistema Informatizado de Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia, em 01/01/2014, com apresentação aos jurisdicionados. A partir dessa data, a remessa de informações, documentos e imagens relativos a licitação, a contrato e a execução de obras e serviços de engenharia realizados por órgãos e entidades submetidos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais deverão ser encaminhados ao TCEMG por meio do Geo Obras.
Ações relacionadas à Fiscalização de Atos de Pessoal:
Elaboração de proposta de política de fiscalização de atos de pessoal bem como estudo sobre os critérios de análise do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – Fiscap, no âmbito do Projeto de Redesenho dos Atos de Pessoal.
Disponibilização para os jurisdicionados do Sistema FISCAP EDITAL para cadastro das informações relativas aos concursos públicos e processos seletivos públicos realizados.
Participação na implantação dos processos eletrônicos de atos concessórios.
Acompanhamento das decisões em processos relativos a editais de seleção de pessoal de órgãos/entidades municipais, com vistas a conferir maior objetividade ao exame técnico, nos termos realizados para os processos da esfera estadual.
Realização de reuniões técnicas com a SEPLAG para apresentação da projeção do envio de atos concessórios de aposentadoria e pensão para o TCEMG em 2014 (aproximadamente 30.000 atos).
Levantamento de dados e informações para a estruturação de um Banco de Dados visando aprimorar o acompanhamento dos atos concessivos de benefício de natureza tributária ocorridos no âmbito do Estado de Minas Gerais.

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Ações relacionadas às Parcerias Público-Privadas:
Acompanhamento da Parceria Público Privada para a implantação do Sistema de Informática na Prefeitura de Belo Horizonte.
Acompanhamento da Concessão Patrocinada do Metrô RMBH - Acompanhamento da licitação para concessão patrocinada, promovida pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais - SETOP, consoante a Lei Federal nº 11.079/04, para exploração dos serviços de transportes de passageiros do METRÔ BH. O valor estimado da licitação é de R\$ 15.524.247.808,90 (quinze bilhões, quinhentos e vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais e noventa centavos) - preços referentes ao mês de dezembro de 2012. Realização de testes e revisões no Módulo Edital de Concurso Público.
Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Parcerias Público-Privadas - SIAP (em andamento).
Ações Integradas de Inteligência:
Estudos complementares e circularização de informações para a execução da malha de Compras Públicas de 2013 – Medicamentos.
Avaliação dos resultados e impactos das políticas públicas estaduais por Rede de Desenvolvimento Integrado e do planejamento orçamentário.
Análise dos critérios de contratação para aquisição de medicamentos destinados aos beneficiários do sistema de saúde IPSM e PMMG, em continuidade ao levantamento iniciado pela SCI-Suricato.
Levantamento de informações relativas à execução de despesas nos processos de aquisição de medicamentos, realizado no âmbito da SES/MG, UNIMONTES, PMMG e IPSM, para instrução complementar de procedimento de fiscalização originário da ACFI/SURICATO, no período de dezembro de 2013 a março de 2014.
Outras Ações Relevantes:
Finalização do manual técnico com orientações e recomendações para a contratação de soluções de tecnologia. Com o propósito de constituir fonte de consulta para os jurisdicionados no aprimoramento dos trabalhos licitatórios, o manual contém as principais deliberações e pareceres em Consultas do TCEMG afetas ao tema.
Análise prioritária dos processos referentes ao Projeto Otimizar, que estabeleceu procedimentos para a racionalização nas análises técnicas e nas deliberações de processos em trâmite nesta Casa, tais como: Balancete Mensal, Prestação de Contas de Exercício, Prestação de Contas de Ordenadores, Prestação de Contas de Auxílio de Subvenção, Prestação de Contas de Convênio, Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio, Termo Aditivo a Convênio, Convênio, Termo de Rescisão de Convênio, Termo Aditivo a Contrato, Termo de Acordo, Termo de Cessão, Termo de Doação, Termo de Comodato, Termo de Re-Ratificação, Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial.
Elaboração de pesquisa sobre as macrotendências do controle externo, visando a subsidiar as discussões para elaboração do Plano Estratégico do Tribunal 2015-2019.

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(conclusão)

Ações
Realização do Seminário “Macrotendências da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”, com o apoio da Escola de Contas.
Conclusão da primeira fase dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a entrega à presidência da Minuta de Questionário, acompanhada de Sumário, Matriz de Planejamento, Glossário, Modelo de Cadastramento, Fundamentação e Critérios para as Questões, Notas de Esclarecimentos, Listas de municípios, órgãos e entidade da Administração Pública Estadual.

Fonte: Superintendência do Controle Externo, Diretoria de Controle Externo dos Municípios, Diretoria de Controle Externo do Estado, Diretoria de Matérias Especiais, Diretoria de Engenharia e Perícia e Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.

5.3.3 Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo

No exercício de 2014, foram examinados 33.358 (trinta e três mil, trezentos e cinquenta e oito) processos pelas Diretorias de Controle Externo, como registrado nas Tabelas 8, 9, 10, 11 e 12.

TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	2
Assunto Administrativo - Câmaras	16
Assunto Administrativo - Pleno	11
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	40
Consulta	8
Denúncia	173
Edital de Licitação	5
Embargos Declaratórios	2
Inspeção Extraordinária	5
Inspeção Ordinária	43
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	25
Licitação	4
Pedido de Reexame	107
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	42
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	5
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	60

TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM

(conclusão)

Natureza	Quantidade
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	429
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	13
Prestação de Contas de Exercício	74
Prestação de Contas do Executivo Municipal	1.639
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	3.318
Prestação de Contas Municipal	788
Processo Administrativo	214
Recurso de Reconsideração	5
Recurso de Revisão	14
Recurso Ordinário	63
Relatório de Inspeção	20
Representação	142
Tomada de Contas	7
Tomada de Contas Especial	33
Tomada de Contas Extraordinária	2
Total	7.309

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE

(continua)

Natureza	Quantidade
Apostila	1
Auditoria	2
Balancete Mensal	168
Balanço Geral	5
Balanço Geral do Estado	2
Contrato	33
Convênio	105
Denúncia	31
Edital de Licitação	3
Inspeção Extraordinária	4

TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE

(conclusão)	
Natureza	Quantidade
Inspeção Extraordinária - Licitação	1
Inspeção Ordinária	6
Licitação	10
Pedido de Rescisão	1
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	82
Prestação de Contas de Contrato	8
Prestação de Contas de Convênio	57
Prestação de Contas de Exercício	158
Prestação de Contas de Ordenadores	6
Prestação de Contas de Termo Aditivo	3
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	9
Processo Administrativo	5
Recurso Ordinário	5
Relatório de Inspeção	1
Relatório de Inspeção Extraordinária	2
Representação	13
Retificação Termo Aditivo a Contrato	1
Retificação Termo Aditivo a Convênio	3
Termo Aditivo a Contrato	17
Termo Aditivo a Convênio	56
Termo Aditivo a Termo de Cessão	2
Termo de Acordo	1
Termo de Apostila a Contrato	33
Termo de Cessão	1
Termo de Comodato	1
Termo de Doação	1
Termo de Re-ratificação	1
Termo de Rescisão de Convênio	2
Termo de Responsabilidade	1
Tomada de Contas	3
Tomada de Contas Especial	311
Total	1.155

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

TABELA 10 - Processos Examinados pela DME

Natureza	Quantidade
Acompanhamento	1
Agravo	2
Assunto Administrativo - Ato Normativo	1
Auditoria Operacional	4
Contrato de Operação de Crédito	1
Denúncia	563
Edital de Licitação	115
Embargos Declaratórios	5
Inspeção Ordinária	2
Licitação	5
Monitoramento	5
Recurso Ordinário	4
Representação	10
Termo de Ajustamento de Gestão	1
Total	719

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP

Natureza	Quantidade
Adendo ao Contrato	1
Agravo	1
Auditoria	7
Consulta	2
Contrato	1
Denúncia	138
Edital de Licitação	32
Embargos Declaratórios	3
Inspeção Extraordinária	4
Inspeção Ordinária	1
Inspeção Ordinária - Licitação	1
Licitação	6
Processo Administrativo	11
Representação	47
Tomada de Contas Especial	4
Total	259

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	18.259
Ato Retificador de Aposentadoria	1
Ato Revisional - EC 70/2012	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	6
Auditoria	1
Denúncia	31
Editais de Concurso Público	146
Embargos Declaratórios	4
Pensão	4.331
Recurso de Revisão	1
Recurso Ordinário	4
Reforma	1.103
Renúncia de Aposentadoria	2
Representação	26
Total	23.916

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.3.4 Capacitação de Servidores

Os servidores da área técnica participaram de vários eventos, como demonstrado nas Tabelas 13, 14, 15, 16 e 17.

TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM

(continua)

Eventos
Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia: Auditoria em Serviços de Limpeza Urbana e Disposição Final de Resíduos Sólidos
Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia: Orçamentos de Obras (Orçamento, BDI e Encargos Sociais Aplicáveis)
Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia: Plano Nacional de Mobilidade Urbana
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo: Direito Administrativo com ênfase no regime do servidor público
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo: Direito Constitucional

TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM

(continua)

Eventos
Aperfeiçoamento em Direito Público aplicado ao Controle Externo: Direito do Trabalho Aplicado à Administração Pública
Aperfeiçoamento em Direito Público aplicado ao Controle Externo: Licitações e Contratos II
Apresentação da Nova Intranet
Apresentação sobre o Inventário 2014, instituído pela Portaria nº 128/PRES./13
Aula Magna: “Controle dos Gastos Públicos e sua Relação com o Desenvolvimento Econômico”
Capacitação sobre o Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM
Curso “Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Novo Plano de Contas”
Curso “Licitações: Registro de Preços e Regime Diferenciado de Contratações”
Curso “Novas Regras de Contabilidade Pública”
Curso “Oratória: Fundamentos e Prática do Falar Bem para Grandes Auditórios”
Curso “Técnicas de Redação, Sentenças, Acórdãos, Pareceres, Relatórios Técnicos e Pesquisa Jurisprudencial”
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral
Excel (Básico e Avançado)
I Capacitação Internacional dos Tribunais de Contas em SAI PMF no Brasil
I Encontro Técnico “Benefício do Controle”
I Fórum de Governança TCEMG/TCU
I Jornada de Contabilidade Pública
II Conferência de Controle Externo do TCEMG
II Seminário Brasileiro de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública
Oficinas de trabalho para identificação/discussão dos benefícios das ações de controle externo
Palestra “Novo Formato do Sistema TCLeGIS”
Palestra “Técnicas de Identificação de Cartel em Licitações e a Teoria <i>Sham Litigation</i> ”
Palestra “Tomada de Contas Especial como Instrumento de Controle da Administração Pública”
Planejamento para o período 2015-2019
Português Oficial (EAD)
Programa Aprendendo a Recomeçar – PAR
Programa Ponto de Expressão: “Judicialização da Saúde”
Programa Ponto de Expressão: “Nova Lei dos Resíduos Sólidos”
Programa Ponto de Expressão: “RDC - Regime Diferenciado de Contratações Públicas, usado nas obras de preparação para a COPA”

TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM

(conclusão)

Eventos
Redação Oficial
Relatório de Auditoria: Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis Norma 4400 NBCTSC
Reunião para apresentação e discussão do formulário para análise das Prestações de Contas de RPPS
Seminário “Alterações introduzidas na Lei Orgânica do TCEMG - Prescrição e Decadência”
Seminário “Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS”
Seminário “Direito Processual Aplicado aos Tribunais de Contas”
Seminário “Macrotendências do Controle da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”
Seminário “Nova Lei Anticorrupção: regulamentação, aplicação e o combate à corrupção na administração pública e iniciativa privada - Lei nº 12.846”
Seminário “Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia”
Seminário “Parceria Público-Privada”
Seminário “Tópicos em Direito Administrativo com Ênfase em Licitações e Contratos”
Seminário “Tópicos em Direito Financeiro”
Seminário “Tópicos em Direito Tributário Aplicado à Administração Pública”
Seminário “Tributação sobre o Consumo”
Simpósio “Convênios e Tomadas de Contas Especiais”
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”
Técnica Legislativa
Treinamento em Gestão de Documentos
Treinamento para preencher formulário para Projeto Otimizar

Fonte: Diretoria de Controle Externo dos Municípios - DCEM.

TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE

(continua)

Eventos
Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo: Contratos
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo: Direito Administrativo com ênfase no regimento do servidor público
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo: Direito Constitucional
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo: Licitações
Apresentação da Nova Intranet

TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE

(continua)

Eventos
Apresentação do Manual de Instruções sobre Tomada de Contas Especial
Apresentação do Projeto Custo & Benefício das Ações de Controle: Ações de Controle e Sistema de Custos do Tribunal
Capacitação sobre o Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM
Curso “Alinhamento Técnico Pedagógico em Demonstrações Fiscais”
Curso “Novas Regras de Contabilidade Pública”
Curso “Orçamento Público e Mecanismos de Participação”
Curso “Orçamento Público e Transparência”
Curso “Relatório de Auditoria”
Curso de Auditoria
Curso relativo ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Excel (Básico e Avançado)
Formação em Finanças Públicas para Agentes de Controle Social
I Jornada de Contabilidade Pública
II Conferência de Controle Externo do TCEMG
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública
Oficinas de trabalho para identificação/discussão dos benefícios das ações de controle externo
Outlook
Palestra “Direito Financeiro”
Palestra “Excelência, Inovação, Talento e Você”
Palestra “Técnicas de Identificação de Cartel em Licitações e a Teoria <i>Sham Litigation</i> ”
Power Point
Programa Aprendendo a Recomeçar – PAR
Reunião do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON)
Reunião do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios (GTREL)
Reunião do Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais (GTSIS)
Reuniões do Grupo do Sistema de Apoio de Fiscalização Estadual (SAFE)
Seminário “Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS”
Seminário “Direito Processual Aplicado aos Tribunais de Contas”
Seminário “Lei Orçamentária”
Seminário “Macrotendências do Controle da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”
Seminário “Plano Nacional de Mobilidade Urbana”

TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE

(conclusão)

Eventos
Seminário “Responsabilidade dos Agentes Públicos em Licitações e Termo de Referência para Pregões”
Seminário “Tópicos em Direito Financeiro”
Seminário “Tópicos em Direito Tributário Aplicado à Administração Pública”
Seminário “Transportes Coletivos: Planejamento e cálculo de tarifas”
Seminário “Tributação sobre o Consumo”
Simpósio “Convênios e Tomadas de Contas Especiais”
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”
Técnica Legislativa
Treinamento “Software de Gestão Estratégica: Plataforma Channel”
Treinamento em Gestão de Documentos
VII Fórum Internacional pelo Desenvolvimento Sustentável (Sustentar 2014)
Word (Básico, Intermediário e Avançado)
XVIII Congresso Internacional de Direito Tributário: Concorrência, Globalização e Governança Tributária

Fonte: Diretoria de Controle Externo do Estado - DCEE.

TABELA 15 - Participação em Eventos - DME

(continua)

Eventos
Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia: Seminário de Auditoria Ambiental - Lei Nacional de Saneamento
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo: Seminário “Responsabilidade dos Agentes Públicos em Licitações e Termo de Referência”
Apresentação sobre a auditoria operacional realizada no Programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos, no curso de aperfeiçoamento sobre auditoria ambiental - Lei Nacional de Saneamento
Auditoria em Serviço de Limpeza Urbana e Disposição Final de Resíduos Sólidos
Curso “Auditoria e Governança em Tecnologia da Informação”
Curso “Auditoria em Tecnologia da Informação”
Curso “Oratória: Fundamentos e Prática do Falar Bem para Grandes Auditórios”
Curso de Aperfeiçoamento em Direito
Curso de Aperfeiçoamento em Direito Público
Curso de Aperfeiçoamento em Engenharia
Curso de PPPs: Uma Ferramenta de Transformação das Cidades

TABELA 15 - Participação em Eventos - DME

(continua)

Eventos
Curso de Redação de Sentenças, Acórdãos, Pareceres e Relatórios Técnicos
Curso sobre Governança, Análise de Riscos e Avaliação de Controles Internos e Papéis de Trabalho
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral
Encontros do Instituto Brasileiro de Obras Públicas - IBRAOP
Evento "Diálogo Público - Sistemas de Avaliação e Aperfeiçoamento da Governança Pública"
Evento de interlocução dos Órgãos de Controle e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
Excel (Básico e Avançado)
I Capacitação Internacional dos Tribunais de Contas em SAI PMF no Brasil
I Reunião Técnica do Instituto Rui Barbosa
II Conferência de Controle Externo do TCEMG
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública
Oficina de Achados no Tribunal de Contas da União
Oficinas de trabalho para identificação/discussão dos benefícios das ações de controle externo
Português Oficial (EAD)
Pós-Graduação "Curso de Aperfeiçoamento de Direito Tributário"
Prezi
Programa Aprendendo a Recomeçar – PAR
Reunião com auditores de controle externo no Tribunal de Contas da União
Reunião técnica na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
Segundo evento "Fortalecendo Parcerias na Auditoria de Projetos e Programa Financiados pelo BID"
Seminário "Tributação sobre o Consumo"
Seminário "Cooperação Internacional e os Tribunais de Contas Brasileiros"
Seminário "Transformação: Habilidades para a Produtividade" (Segundo evento da série "Ciclo de Debates Relações Público-Privadas")
Seminário Internacional de Habilitação / Capacitação envolvendo PPP
Simpósio "Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário"
Simpósio Internacional de Capacitação na ferramenta de avaliação do Marco de Medição de Desempenho das Entidades Fiscalizadoras Superiores - SAI PMF
Treinamento "Software de Gestão Estratégica: Plataforma Channel"
Treinamento em Gestão de Documentos
Treinamento Fiduciário organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
VI Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação

TABELA 15 - Participação em Eventos - DME

(conclusão)

Eventos
Videoconferência para discussão da fase de planejamento da auditoria operacional coordenada no tema Atenção Básica à Saúde
Visio
Word (Básico e Avançado)
Workshop de Gestão destinado à efetiva implementação das ISSAIs (Programa 3i)
Workshop para preparação da auditoria coordenada em segurança pública no TCU

Fonte: Diretoria de Matérias Especiais - DME.

TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP

(continua)

Eventos
Apresentação sobre a Lei Complementar nº 133/2014
Auditoria em obras rodoviárias
Avaliação de Imóveis e Perícia
Ciclo de Debates sobre Relações Público-Privadas
Curso de Atualização - SGAP
Curso de Georreferenciamento
Curso de Orçamentos de Obras
Curso de Segurança da Informação em Auditorias
Encontro Técnico do Grupo de Trabalho de Harmonização de Papéis e Relatório de Auditoria em Belo Horizonte, Governança, Análise de Riscos e Avaliação de Controles Internos
Fórum Mineiro dos Municípios - Apresentação do Geo-Obras
Gestão de Documentos - Instrumentos de Capacitação e Destinação
II Conferência de Controle Externo do TCEMG
II Congresso Nacional de Gestão e Fiscalização de Contratos de Engenharia
III Etapa do Contrato de Consultoria nº 031/2013 entre a Fupai e o TCEMG
Licenciamento Ambiental
Limpeza Urbana
Mobilidade Urbana
Modelos de Concessão de Transporte Urbano por Ônibus: Práticas e Tendências
Português Oficial (EAD)
Regime Direto de Contratação
Resíduos Sólidos

TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP

(conclusão)

Eventos
Seminário “Macrotendências do Controle da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”
Seminário “Parceria Público-Privada”
Seminário “PPP - Resultados e Perspectivas”
Seminário “Transportes Coletivos: Planejamento e cálculo de tarifas”
Seminário “Tributação sobre o Consumo”
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”
Treinamento em Gestão de Documentos
Treinamento <i>on the job</i> em análise de viabilidade econômica

Fonte: Diretoria de Engenharia e Perícia - DEP.

TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP

(continua)

Eventos
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo: Direito do Trabalho Aplicado à Administração Pública
Apresentação sobre o FISCAP
Curso “Auditoria de Folha de Pagamento no Serviço Público”
Curso “Auditoria em Tecnologia da Informação”
Curso “Gestão da Folha de Pagamento e Remuneração no Serviço Público”
Curso “Projeto Atos de Pessoal” (Quali)
Curso “Transformação por Processos: Análise, Melhorias de Gestão da Mudança”
Curso sobre Concurso Público
Gestão Responsável em Ano Eleitoral: Concursos Públicos e Cuidados Especiais em Ano Eleitoral
I Encontro Nacional de Gestores e Membros de Comissão de Concurso Público na Administração Pública
II Conferência de Controle Externo do TCEMG
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública
Palestra “Concursos Públicos e Cuidados Especiais em Ano Eleitoral”
Palestra do Embaixador da Alemanha no Brasil Wilfried Grolig
Plano Estratégico 2015 a 2019: Apresentação das Macrotendências na Área de Controle da Gestão dos Recursos Públicos
Programa de Acompanhamento dos Jovens Prestadores de Serviço
Seminário “Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS”
Seminário “Direito Processual Aplicado aos Tribunais de Contas”

TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP

(conclusão)

Eventos
Seminário "Tributação sobre o Consumo"
Simpósio "Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário"
Técnica Legislativa
Treinamento da Previdência dos Servidores Públicos (RPPS): "Cálculo de Aposentadoria e Pensão e a Nova Previdência Complementar"
Treinamento em Gestão de Documentos
XIV Congresso da AMIPREM

Fonte: Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal - DFAP.

5.4 Deliberações

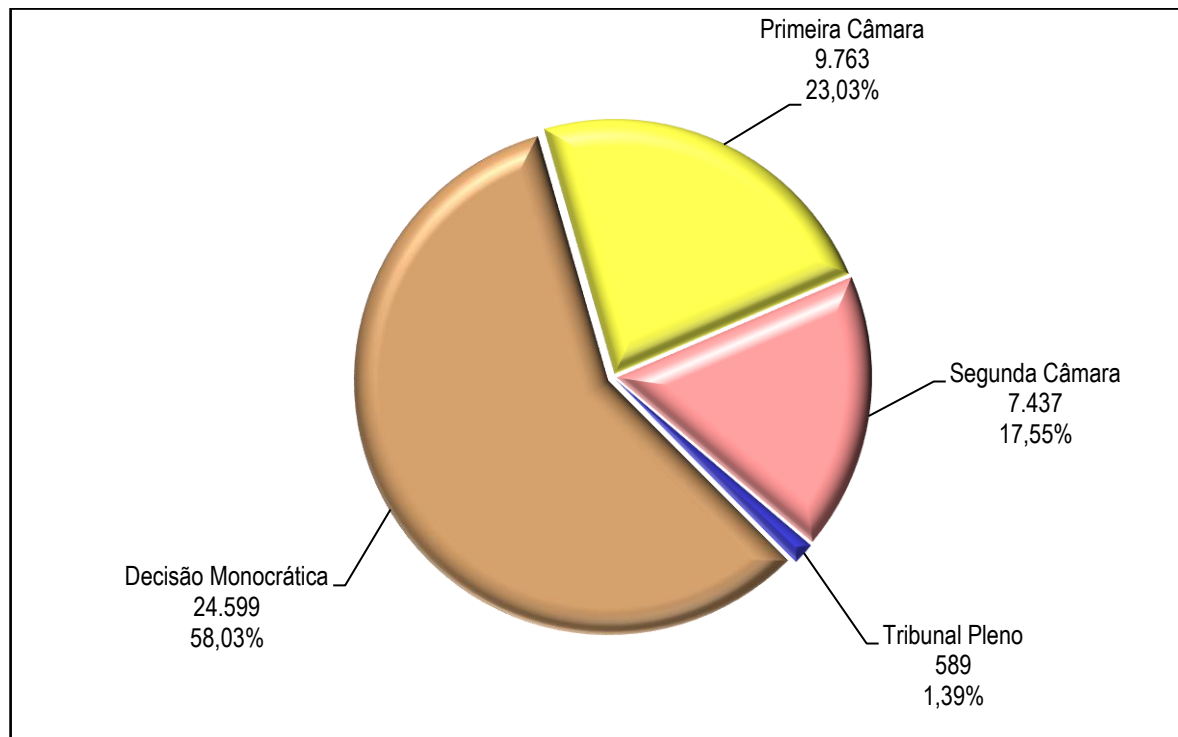
As deliberações do Tribunal de Contas têm a forma de:

- acórdão;
- parecer;
- instrução normativa;
- resolução;
- decisão normativa;
- decisão monocrática.

No exercício de 2014 foram realizadas 107 (cento e sete) sessões, sendo 36 (trinta e seis) do Tribunal Pleno, 38 (trinta e oito) da Primeira Câmara e 33 (trinta e três) da Segunda Câmara.

Foram deliberados 17.789 (dezessete mil, setecentos e oitenta e nove) processos nas sessões realizadas e 24.599 (vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e nove) processos por decisão monocrática, totalizando, 42.388 (quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito) processos deliberados no exercício.

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.4.1 Tribunal Pleno

TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno

(continua)

Natureza	Quantidade
Acompanhamento	1
Agravo	8
Assunto Administrativo - Ato Normativo	43
Assunto Administrativo - Pleno	23
Auditoria	1
Auditoria Operacional	1
Balanço Geral do Estado	1
Consulta	33
Denúncia	12
Edital de Licitação	2
Embargos Declaratórios	13
Incidente de Inconstitucionalidade	1
Inspeção Ordinária	1

TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno

(conclusão)

Natureza	Quantidade
Licitação	1
Monitoramento	3
Pedido de Reexame	1
Pedido de Rescisão	3
Prestação de Contas Municipal	1
Recurso Administrativo	7
Recurso de Reconsideração	2
Recurso de Rescisão	1
Recurso de Revisão	105
Recurso Ordinário	318
Representação	4
Termo de Ajustamento de Gestão	1
Tomada de Contas Especial	1
Tomada de Contas Extraordinária	1
Total	589

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.4.2 Primeira e Segunda Câmaras

TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(continua)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Agravo	4	2	6
Aposentadoria	4.113	2.980	7.093
Apostila	-	3	3
Apostila Retificatória de Proventos	6	-	6
Assunto Administrativo - Câmaras	-	134	134
Ato Retificador de Aposentadoria	2	3	5
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	37	34	71
Auditoria	5	-	5
Balancete Mensal	105	86	191
Balanço Geral	4	2	6

TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(continua)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Complemento de Proventos de Aposentadoria	8	-	8
Contrato	16	11	27
Convênio	97	94	191
Denúncia	294	287	581
Dispensa de Licitação	-	1	1
Edital de Concurso Público	31	37	68
Edital de Licitação	21	51	72
Embargos Declaratórios	14	5	19
Inspeção Extraordinária	6	7	13
Inspeção Extraordinária - Licitação	9	-	9
Inspeção Ordinária	216	114	330
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	15	7	22
Inspeção Ordinária - Licitação	22	20	42
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	12	-	12
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	31	25	56
Licitação	14	17	31
Pedido de Auditoria	1	-	1
Pedido de Reexame	112	66	178
Pensão	733	509	1.242
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	9	3	12
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	2	3	5
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	89	49	138
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	1	2	3
Prestação de Contas de Adiantamento	1	-	1
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	21	44	65
Prestação de Contas de Contrato	1	1	2
Prestação de Contas de Convênio	75	46	121
Prestação de Contas de Exercício	130	82	212

TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(conclusão)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Prestação de Contas de Ordenadores	22	3	25
Prestação de Contas de Termo Aditivo	-	1	1
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	4	1	5
Prestação de Contas do Executivo Municipal	575	458	1.033
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	729	527	1.256
Prestação de Contas Municipal	1.236	973	2.209
Processo Administrativo	559	475	1.034
Recurso de Reconsideração	8	5	13
Reforma	3	-	3
Relatório de Auditoria	1	-	1
Relatório de Avaliação Atuarial	1	-	1
Relatório de Inspeção	12	4	16
Relatório de Inspeção - Licitação	2	-	2
Renúncia de Aposentadoria	1	-	1
Representação	88	66	154
Restituição de Caução	2	-	2
Reversão de Aposentadoria	1	-	1
Termo Aditivo a Contrato	12	15	27
Termo Aditivo a Convênio	50	13	63
Termo Aditivo a Termo de Cessão	1	1	2
Termo de Acordo	-	1	1
Termo de Ajustamento de Gestão	1	-	1
Termo de Cessão	-	1	1
Termo de Cooperação	-	1	1
Termo de Doação	-	1	1
Termo de Re-ratificação	1	-	1
Termo de Rescisão de Convênio	1	1	2
Tomada de Contas	19	13	32
Tomada de Contas Especial	172	150	322
Tomada de Contas Extraordinária	5	2	7
Total	9.763	7.437	17.200

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.4.3 Decisões Monocráticas

Nos termos do inciso VI do art. 200 do Regimento Interno, as deliberações do Tribunal terão a forma de decisão monocrática, quando a lei ou o Regimento Interno autorizar o Relator ou o Presidente a decidir isoladamente a questão.

No exercício de 2014, as decisões monocráticas ocorreram nos seguintes casos:

- agravo em decisão monocrática;
- arquivamento por despacho;
- cancelamento de registro;
- consultas respondidas por tese reiteradamente adotada;
- decadência;
- inadmissão de consultas;
- inadmissão de pedido de rescisão;
- inadmissão de recursos;
- prescrição;
- registro / averbação de atos - aposentadoria, reforma e pensão.

TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	7
Aposentadoria	19.262
Apostila Retificatória de Proventos	1
Assunto Administrativo - Pleno	1
Ato Retificador de Aposentadoria	2
Balancete Mensal	24
Balanço Geral	1
Complemento de Benefícios de Pensão	1
Complemento de Proventos de Aposentadoria	2
Consulta	106
Contrato	2
Convênio	13
Denúncia	4

TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

(continua)

Natureza	Quantidade
Embargos Declaratórios	8
Inspeção Extraordinária	4
Inspeção Extraordinária - Licitação	3
Inspeção Ordinária	114
Inspeção Ordinária - Licitação	7
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	2
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	62
Licitação	29
Pedido de Auditoria	2
Pedido de Reexame	5
Pedido de Rescisão	11
Pensão	2.742
Prestação de Contas de Almoxarifado	2
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	1
Prestação de Contas de Convênio	46
Prestação de Contas de Diária de Viagem	1
Prestação de Contas de Exercício	246
Prestação de Contas de Ordenadores	4
Prestação de Contas Municipal	508
Processo Administrativo	479
Recurso de Reconsideração	3
Recurso de Rescisão	2
Recurso de Revisão	9
Recurso Ordinário	33
Reforma	746
Relatório de Avaliação Atuarial	1
Relatório de Inspeção	25
Relatório de Inspeção - Licitação	9
Relatório de Inspeção Extraordinária	1
Representação	6
Termo Aditivo a Contrato	3
Termo Aditivo a Convênio	7

TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

Natureza	(conclusão)	
	Quantidade	
Tomada de Contas	14	
Tomada de Contas Especial	37	
Tomada de Contas Extraordinária	1	
Total	24.599	

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

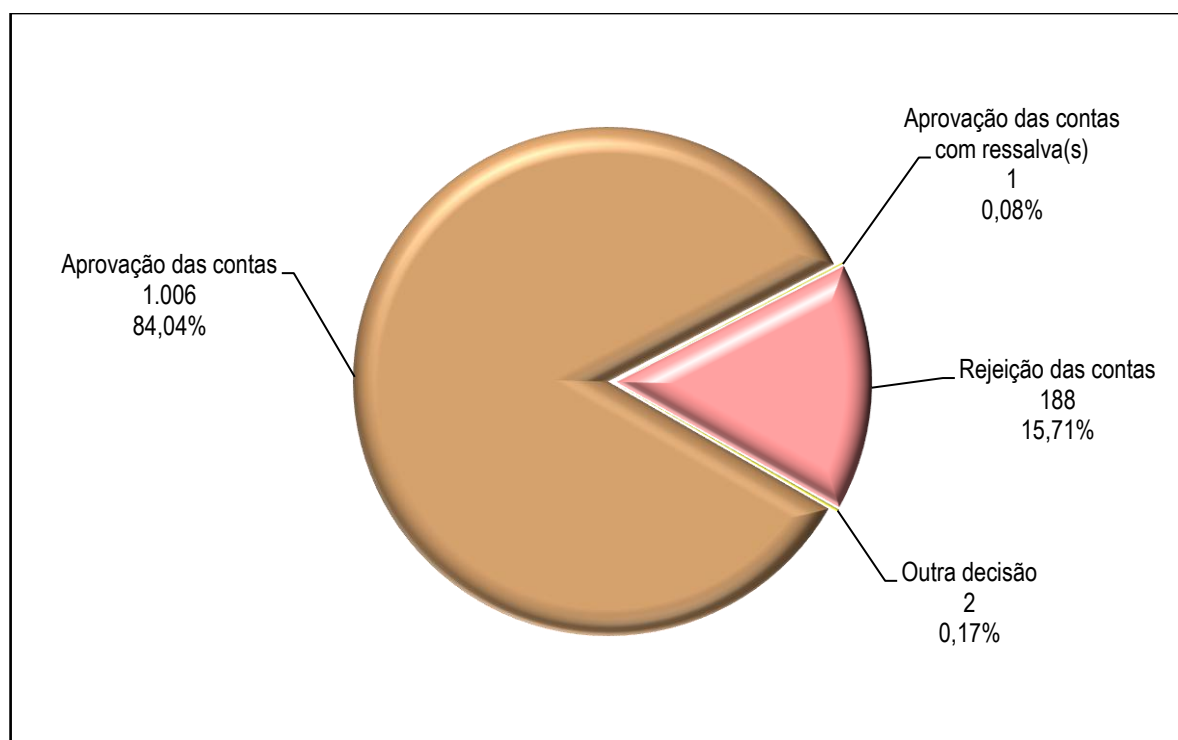
5.4.4 Deliberação em Parecer Prévio

O art. 42 da Lei Complementar nº 102/2008 dispõe que compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelos prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio.

A emissão do parecer prévio poderá ser pela aprovação das contas, pela aprovação das contas, com ressalva, e pela rejeição das contas, nos termos do art. 45, I, II e III, da mencionada Lei.

No exercício de 2014 foram emitidos 1.197 (um mil, cento e noventa e sete) pareceres, como registrado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.4.5 Deliberação em Consulta

O TCEMG emite parecer em consulta acerca de matéria de sua competência que tenha repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial e que não verse sobre caso concreto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.

O parágrafo único do art. 210 do citado Regimento dispõe que o parecer emitido em consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não de caso concreto, mas a orientação dada prevalecerá quando do exame do caso concreto correspondente.

No exercício de 2014, foram submetidos ao Tribunal Pleno, para deliberação, pareceres em 32 (trinta e dois) processos de consulta, cujas indagações estão transcritas na Tabela 21.

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consultantes	Indagações
696.646, 701.526, 704.669 e 707.548	Prefeito do Município de Pará de Minas, Inácio Franco; Vereadores da Câmara Municipal de Ponte Nova; Presidente da Câmara Municipal de Cruzília, José Francisco da Silva; Prefeito do Município de Pompéu, Joaquim Higino de Souza Machado.	– É legal a celebração de convênio ou contrato de prestação de serviço entre o município e instituição financeira não integrante da administração pública sem processo licitatório?
810.914	Presidente da Câmara Municipal de Itajubá, João Vítor da Costa.	– É possível a contratação de empresa especializada através de licitação na modalidade carta convite, pelo critério de menor preço, para realização de concurso público? – Demonstrada a notória especialização de determinada empresa na realização de concursos públicos, é possível contratá-la sem licitação e pelo custo do valor total apurado nas inscrições?

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consulentes	Indagações
837.086	Prefeito do Município de Patrocínio, Humberto Donizete Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> – Ao promover concurso público, a Câmara auferir receita com as inscrições. Esta receita é utilizada para pagamento das despesas do referido concurso. A receita não gasta pode ser utilizada pela Câmara Municipal, para pagamento de suas despesas correntes, a exemplo do que acontece com a receita auferida pela venda de bens móveis? – Ao promover o pagamento de seus servidores e as contratações de pessoas jurídicas e físicas, a Câmara Municipal faz desconto de imposto de renda da fonte. Esta receita deve ser devolvida à Prefeitura ou pode ser utilizada pela Câmara Municipal para pagamento de suas despesas?
837.555	Diretor do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Três Pontas, Itamar Antônio Diniz	<ul style="list-style-type: none"> – A norma inserta no art. 15 da Lei Federal nº 10.887/2004, com redação dada pela Lei Federal nº 11.784/2008, que prevê que o reajuste dos proventos de aposentadoria e pensões dos segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve ocorrer na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, aplica-se de forma direta e imediata ao Município ou a regulamentação do disposto no § 8º do art. 40 da Constituição da República, no ente federativo, depende de lei municipal específica?
838.511	Prefeita do Município de Patos de Minas, Maria Beatriz de Castro Savassi.	<ul style="list-style-type: none"> – É possível a utilização de recursos oriundos de arrecadação de multas por infrações de trânsito para custeio da folha de pagamento da Guarda Municipal de Trânsito?
839.016	Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, Helder José Aguiar Armond	<ul style="list-style-type: none"> – A Lei de Licitações exige que todo serviço contínuo seja necessariamente essencial? – É possível exemplificar como contrato de execução continuada os serviços de publicidade institucional? – Em sendo tal serviço atividade de execução continuada, é legal ser aditivado contrato com agência de publicidade para a prorrogação de sua vigência por iguais e sucessivos períodos?

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consultantes	Indagações
862.148	Prefeita do Município de Patos de Minas, Maria Beatriz de Castro Alves Savassi	<ul style="list-style-type: none"> – Os documentos de despesas realizadas pelo Fundo Municipal de Saúde deverão ser emitidos em nome do Fundo ou da Prefeitura Municipal? – Quais procedimentos contábeis devem ser utilizados para demonstrar a realidade orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Saúde?
862.749	Presidente da Câmara Municipal de Araguari, Rogério Bernardes Coelho	<ul style="list-style-type: none"> – Há decisões ou posicionamento do TCEMG a respeito de verbas de remanejamento que são realizadas pelo município quando da aprovação do orçamento municipal? – Tendo essa autorização, o município deve solicitar ao Poder Legislativo uma nova autorização ou é necessária uma autorização para cada remanejamento?
874.019	Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba (IPSERV), Afrânio Machado Borges Prata	<ul style="list-style-type: none"> – A regra disposta no art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 70, deve ser considerada no cálculo da aposentadoria por invalidez concedida com proventos proporcionais, ou seja, aquelas que não decorrem de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável? – Como proceder caso os proventos de aposentadoria por invalidez calculados pela fórmula anterior sejam maiores do que os estabelecidos pela Emenda Constitucional 70/2012? – Os atos de aposentadoria devem ser retificados? Em caso positivo, deverão ser enviados juntamente com a memória de cálculos a esta Corte de Contas?

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consulentes	Indagações
879.998	Prefeito do Município de Araguari, Marcos Coelho Carvalho.	<ul style="list-style-type: none"> – Deve o Poder Executivo encaminhar proposição de projeto de Lei para que os valores reconhecidos em regular procedimento administrativo lavrados por autoridade tributária competente, cujo sujeito passivo seja o Legislativo Municipal, possam ser ressarcidos ao caixa único do Executivo Municipal? – Pode o Município efetuar a retenção dos valores acordados nos repasses dos duodécimos que são repassados todo dia 20 de cada mês até a liquidação da última parcela? Será necessária lei autorizativa? – Considerando que os tributos e contribuições patronais são despesas regulares e de responsabilidade do Legislativo, por determinação legal, como deve ser contabilizado o hipotético parcelamento realizado, tendo em vista que a dívida é de responsabilidade do Legislativo Municipal e o termo de parcelamento terá como acordante o ente federado?
884.780	Prefeita do Município de Betim, Maria do Carmo Lara Perpétuo	<ul style="list-style-type: none"> – A vedação contida no art. 42 da LRF alcança a assunção de obrigação continuada, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, cuja despesa será paga no exercício seguinte, com a suficiente disponibilidade em caixa reservada ao final do mandato para sua quitação?
886.363	Prefeito do Município de Campo Belo, Marco Túlio Lopes Miguel.	<ul style="list-style-type: none"> – Pode o Município celebrar convênio com o Judiciário para repassar verba para custeio de “pro labore” de Comissários de Menores? – Considerando que no Município há o Conselho Tutelar e respectivos Conselheiros Tutelares eleitos e remunerados pelos cofres municipais nos termos de Lei Municipal e ECA, a função de Comissário de Menores é da esfera Estadual? – Caso a resposta do item 3 (<i>sic</i>) seja positiva, pode o Município remunerar os Comissários de Menores através de Convênio e repasse dos valores a título de pagamento “pro labore”? – A expressão pagamento através de repasse e convênio a título “pro labore” afastar (<i>sic</i>) o risco de responsabilidades com vínculos trabalhistas? (<i>sic</i>)

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consultentes	Indagações
887.959	Procurador Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt	<ul style="list-style-type: none"> – O lapso temporal de apenas 01 (um) dia, entre o pedido de exoneração em um cargo e a posse em outro, manteria o vínculo jurídico existente entre o servidor e a Administração Pública, para fins de contagem de tempo de serviço para a aposentação?
888.123	Prefeito do Município de Guanhães, Geraldo José Pereira	<ul style="list-style-type: none"> – Qual a exigência legal para a designação de pessoas para compor o secretariado municipal, com referência ao grau de parentesco com o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal? – Existe um número específico? – Necessariamente o secretário tem que ter a formação profissional adequada para exercer as funções de sua pasta?
896.394	Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Abaeté, Sávio Leonardo dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> – É legal a concessão de pensão à viúva de agente político falecido no exercício de mandato? – É legal a concessão de pensão por morte ao cônjuge ou dependentes de vereador que seja aposentado em dois cargos de professor?
896.648	Prefeito do Município de Monte Sião, João Paulo Ribeiro	<ul style="list-style-type: none"> – Os municípios podem estabelecer consórcios de saúde com vistas à promoção e oferecimento de serviços públicos de saúde nos níveis de baixa, média e alta complexidade? – Os serviços públicos de saúde podem ser financiados com os recursos do Fundo Nacional de Saúde que são destinados aos municípios? – É possível a contratação de pessoal, especialmente de profissionais médicos, por parte dos consórcios, com exceção dos agentes comunitários de saúde que são regidos pelas normas estabelecidas pela Lei nº 11.350/2006? – As despesas com pessoal, diante da natureza contratual e da origem dos recursos de financiamento, devem integrar o câmputo dos percentuais previstos no inciso III do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal? – Se afirmativo, como se daria a partição dessas despesas entre os municípios consorciados?

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consultentes	Indagações
898.525	Prefeito do Município de Campo Belo, Marco Túlio Lopes Miguel.	– A implantação de vigilância eletrônica (<i>speed dome</i>) para monitoramento de prédios de escolas municipais se enquadra no percentual constitucional de 25% das receitas que devem ser aplicadas na educação?
898.575	Prefeito do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Antônio Carlos Noronha Bicalho	– A contratação da ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor, por ente Municipal, pode ocorrer mediante dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação com fundamento, respectivamente, nos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/93? E por intermédio de inexigibilidade de licitação, com fundamento na Lei Estadual nº 8.611/84? – Pode o Município repassar subvenção social, prevista na Lei Federal nº 4.320/64, para a ASSPROM, objetivando a utilização da mão de obra do menor aprendiz nos quadros do Poder Público Municipal?
911.586	Prefeita do Município de Pedro Leopoldo à época, Eloísa Helena Carvalho de Freitas Pereira	– Havendo previsão legislativa, é lícito o Município conceder gratificação natalina extra para os servidores públicos com pagamento “in natura”?
911.623	Secretário Municipal de Controle Interno de Campo Belo	– Considerando a hipótese de o município possuir em sua frota algum veículo em desuso pertencente à Secretaria de Educação e, através dos procedimentos legais, resolver aliená-lo, a receita proveniente dessa alienação deverá obrigatoriamente ser utilizada em despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino?
912.102	Prefeito do Município de Albertina, Rovilson Edivino Ferreira	– É possível que um servidor público ocupante de 2 (dois) cargos efetivos, legalmente e licitamente cumuláveis, ao ser nomeado para um cargo comissionado e afastado de ambos os cargos efetivos, opte pelos vencimentos dos cargos efetivos cumulados , quando mais vantajoso?

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consultantes	Indagações
912.135	Superintendente do Instituto de Previdência Social de Santa Juliana, Viviane Carneiro Gonçalves	<ul style="list-style-type: none"> – É possível a utilização de recursos advindos da taxa de administração, prevista na Orientação Normativa MPS/SPS nº 2/2009 e criada por lei, para a quitação da folha de pagamento dos servidores de entidade estatal que administra Regime Próprio de Previdência Social? – Os valores relativos à remuneração do pessoal necessário ao funcionamento de autarquia responsável por gerir Regime Próprio de Previdência deve ser estabelecido por lei, nos termos do art. 37, X da CR/88, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Executivo local, nos termos do art. 61, § 1º, II, “a” da Constituição da República, sendo vedada a autorregulação realizada pela entidade responsável?
913.240	Vereadores da Câmara Municipal de São Pedro dos Ferros	<ul style="list-style-type: none"> – É devido o pagamento do adicional de 1/3 de férias previsto no art. 7º da Constituição Federal aos vereadores? – Se afirmativo, a sua fruição prescinde de norma municipal regulamentadora? – Sendo devido o pagamento do adicional aos vereadores, é necessária a observância do princípio da anterioridade? – A partir de qual mês do início do exercício da vereança o adicional de 1/3 pode ser pago?
923.948	Prefeito do Município de Conselheiro Lafaiete, Ivar de Almeida Cerqueira Neto	<ul style="list-style-type: none"> – É possível destinar subvenções sociais a entidades religiosas que desenvolvam atividades filantrópicas e assistencialistas?
924.244	Chefe da Controladoria da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, Fernanda Rocha da Silva	<ul style="list-style-type: none"> – É lícita a contratação de empresa especializada em Banco de Preços, em substituição à ampla pesquisa de mercado realizada pela administração, para a instrução do processo licitatório? – Ou esse tipo de empresa só deve ser utilizada [sic] subsidiariamente?

TABELA 21 - Consultas

(conclusão)

Processo	Consultentes	Indagações
932.477	Prefeito do Município de Lagoa Formosa, José Wilson Amorim	<ul style="list-style-type: none"> – A apuração do superávit financeiro, constante do balanço patrimonial do exercício anterior para ser utilizado na abertura de crédito adicional, poderá ser efetuada com a especificação da fonte e destinação de recursos constantes nas normas que regulamentam o SICOM – Sistema Informatizado de Contas dos Municípios? – Na apuração do excesso de arrecadação, para abertura de crédito adicional, poderá ser efetuada por especificação da fonte e destinação de recursos constantes nas normas que regulamentam o SICOM – Sistema Informatizado de Contas dos Municípios?
932.586	Controlador Geral do Município de Ouro Preto, Dalton e Silva Zanetti	<ul style="list-style-type: none"> – Face à disposição do art. 8º da Instrução Normativa nº 03/2013 é possível servidor público ocupante de cargo comissionado formar Comissão de Tomada de Contas Especial?
932.776	Prefeito do Município de Estrela do Indaiá, Tibúrcio Délbis	<ul style="list-style-type: none"> – Pode o Poder Executivo Municipal alterar a data de repasse para o Poder Legislativo, que segundo o art. 29-A, § 2º, inciso II da CF é dia 20 do mês em curso, para o dia 10 do mês seguinte ao vencido? – Se afirmativa a resposta fica eximido o crime de responsabilidade de que trata o citado § 2º do art. 29-A da CF, dada a ausência de justa causa?
942.196	Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Pedro Carlos Bitencourt Marcondes e Procuradora-Geral de Justiça, Maria Odete Souto Pereira	<ul style="list-style-type: none"> – É possível a extensão do auxílio saúde concedido aos membros da Magistratura e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pelas Leis Complementares nº 59/2001 e nº 34/2001, aos membros aposentados?

Fonte: SGAP.

5.5 Resoluções, Instruções Normativas e Decisões Normativas

No exercício de 2014, foram aprovadas 27 (vinte e sete) resoluções, 4 (quatro) instruções normativas e 3 (três) decisões normativas, como destacado nas Tabelas 22, 23 e 24.

TABELA 22 - Resoluções

(continua)

Número	Assunto
R - 01/2014	Acrescenta o § 4º ao art. 366 da Resolução nº 12, de 17/12/2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 02/2014	Altera o item 7 da alínea “f” do inciso IX do art. 1º e o caput do art. 90-C, ambos da Resolução nº 05, de 20/03/2013, que dispõe sobre a estrutura organizacional e as competências das unidades dos Serviços Auxiliares e da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com a redação conferida pela Resolução nº 19, de 06/11/2013.
R - 03/2014	Aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.
R - 04/2014	Revoga o § 4º do art. 204 da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 05/2014	Altera o Capítulo III do Título VI da Resolução nº 12, de 17/12/2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 06/2014	Define os símbolos representativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e estabelece as normas para sua utilização.
R - 07/2014	Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a Lei Estadual nº 19.490, de 13/01/2011, que dispõe sobre consignação em folha de pagamento de servidor público ativo ou inativo e de pensionista do Estado e dá outras providências.
R - 08/2014	Altera a Resolução nº 05, de 20 de março de 2013, que “dispõe sobre a estrutura organizacional e as competências das unidades dos Serviços Auxiliares e da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”, com as atualizações conferidas pela Resolução nº 19, de 6 de novembro de 2013, e pela Resolução nº 02, de 12 de março de 2014: 1) modifica a nomenclatura da Secretaria Executiva do Tribunal para Diretoria Geral do Tribunal de Contas; 2) modifica a nomenclatura das Assessorias da Secretaria Executiva do Tribunal para Assessorias da Diretoria Geral do Tribunal de Contas; e 3) integra a Assessoria para Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Fiscalização Municipal à Diretoria de Controle Externo dos Municípios.
R - 09/2014	Regulamenta o procedimento de correição nas unidades que compõem a estrutura do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
R - 10/2014	Fixa o número máximo de servidores nos Gabinetes e na Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.

TABELA 22 - Resoluções

(continua)

Número	Assunto
R - 11/2014	Regulamenta o pagamento da Gratificação pelo Cumprimento de Metas Extraordinárias (GME) ao servidor efetivo do Tribunal de Contas pelo desempenho das funções de professor ou instrutor de curso ou programa de desenvolvimento promovido por esta Corte e dá outras providências.
R - 12/2014	Regulamenta o acesso à informação, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 13/2014	Dispõe sobre a atualização monetária de multa imputada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nas ações de controle externo.
R - 14/2014	Regulamenta o Termo de Ajustamento de Gestão – TAG – no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 15/2014	Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o afastamento de Conselheiros e Conselheiros Substitutos para fins de aperfeiçoamento e estudos no exterior.
R - 16/2014	Dispõe sobre a tramitação, em meio eletrônico, dos processos de atos de pessoal, oriundos do Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal (Fiscap), e dos recursos e dos pedidos de rescisão deles decorrentes.
R - 17/2014	Acrescenta o CAPÍTULO XV ao TÍTULO IV e os arts. 392-A e 392-B ao TÍTULO XIII, ambos da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.
R - 18/2014	Fixa o valor do auxílio-alimentação para o servidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera o art. 4º da Resolução nº 18, de 19 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação para o servidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”.
R - 19/2014	Dispõe sobre férias de Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e revoga a Resolução nº 22 de 18/12/13.
R - 20/2014	Regulamenta o auxílio-moradia previsto nos arts. 114, VII, da Lei Complementar Estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001 e 119, II, da Lei Complementar Estadual nº 34, de 12 de setembro de 1994, com redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 61, de 12 de julho de 2001 devido aos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas e aos Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 21/2014	Altera o caput e acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 29 e altera o art. 81, ambos da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 22/2014	Altera o caput do art. 93 e o art. 124, revoga os incisos XLVIII e XLIX do art. 41 e o art. 94, todos da Resolução nº 12, de 17/12/2008, e acrescenta o art. 94-A.
R - 23/2014	Acrescenta parágrafo único ao art. 269 da Resolução nº 12, de 17/12/2008.

TABELA 22 - Resoluções

(conclusão)

Número	Assunto
R - 24/2014	Fixa os valores das diárias de viagem dos Conselheiros e dos Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas, bem como dos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal.
R - 25/2014	Altera o art. 7º da Resolução nº 20, de 12 de novembro de 2014, que “regulamenta o auxílio-moradia previsto nos arts. 114, VII, da Lei Complementar Estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001 e 119, II, da Lei Complementar Estadual nº 34, de 12 de setembro de 1994, com redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 61, de 12 de julho de 2001 devido aos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas e aos Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais”.
R - 26/2014	Fixa os valores das diárias de viagem dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 27/2014	Aprova o plano estratégico institucional para o período de 2015 a 2019.

Fonte: TCEgis - Sistema Integrado de Pesquisa.

TABELA 23 - Instruções Normativas

Número	Assunto
IN - 01/2014	Modifica dispositivos da Instrução Normativa nº 06, de 29/06/2011, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à contratação de empreendimentos de parcerias público-privadas a serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nas Administrações Públicas estadual e municipais”.
IN - 02/2014	Inserir o art. 3º-A e alterar o § 1º do art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 27/04/2011, com a redação conferida pela Instrução Normativa nº 11, de 14/12/2011.
IN - 03/2014	Estabelece diretrizes para a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício de 2014 e dá outras providências.
IN - 04/2014	Altera a Instrução Normativa nº 03, de 27 de abril de 2011, com suas modificações posteriores, que “dispõe sobre a fiscalização dos atos concessórios de aposentadoria, reforma e pensão, bem como dos atos de complementação e de cancelamento, dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios”: 1) modifica o art. 2º, o § 1º, VII, e os §§ 4º e 5º, todos do art. 5º, bem como o § 1º do art. 6º; 2) acrescenta o art. 5º-A, que trata das aposentadorias especiais previstas nos incisos I a III do § 4º do art. 40 da Constituição da República; e 3) exclui o inciso XI do § 3º do art. 5º.

Fonte: TCEgis - Sistema Integrado de Pesquisa.

TABELA 24 - Decisões Normativas

Número	Assunto
DN - 01/2014	Fixa o valor a partir do qual a tomada de contas especial deverá ser imediatamente encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de julgamento.
DN - 02/2014	Define as unidades jurisdicionadas da administração pública direta e indireta estadual cujos responsáveis deverão apresentar contas anuais relativas ao exercício de 2014, para fins de julgamento, bem como os documentos e informações que comporão as contas anuais.
DN - 03/2014	Determina o encaminhamento de documentos ao Tribunal pelas unidades jurisdicionadas da administração pública direta e indireta estadual cujos titulares não foram selecionados para apresentar as contas anuais referentes ao exercício de 2014, para fins de julgamento.

Fonte: TCLegis - Sistema Integrado de Pesquisa.

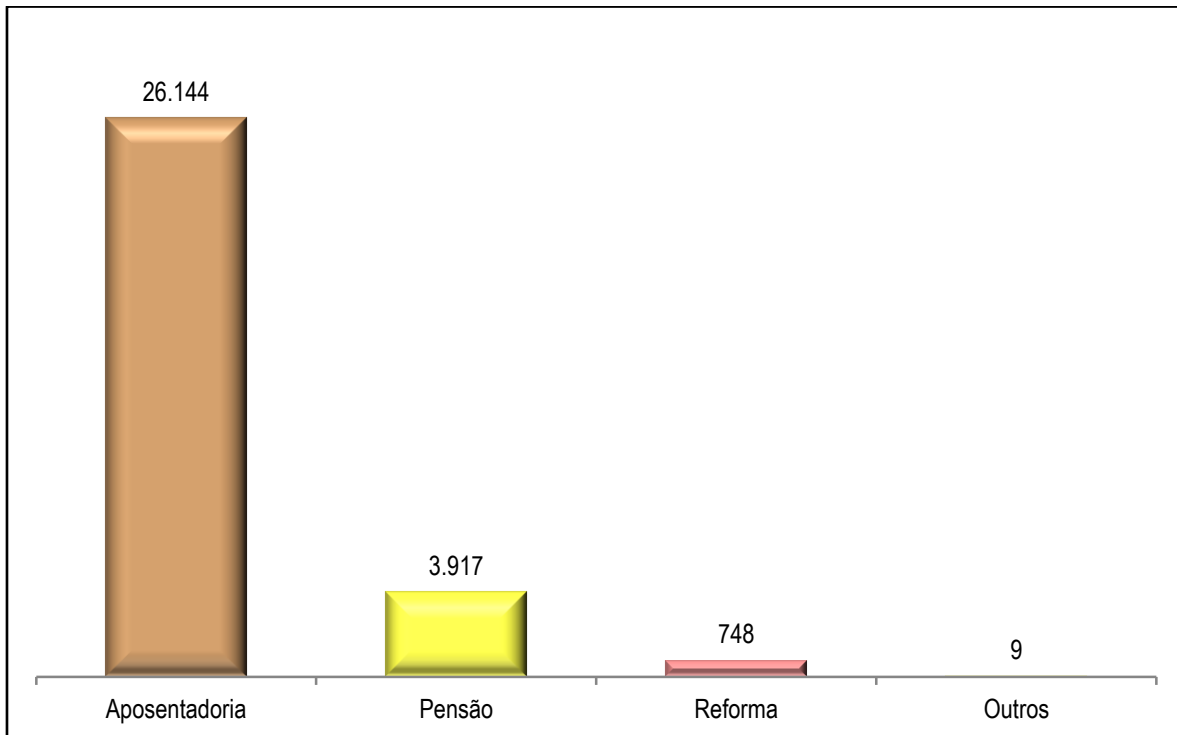
5.6 Registro de Atos

O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, conforme ato normativo próprio, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

No exercício de 2014, foram realizados 30.818 (trinta mil, oitocentos e dezoito) registros, sendo 4.809 (quatro mil, oitocentos e nove) pela Primeira Câmara, 3.467 (três mil, quatrocentos e sessenta e sete) pela Segunda Câmara e 22.542 (vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e dois) por decisão monocrática.

Foram registrados 26.144 (vinte e seis mil, cento e quarenta e quatro) Aposentadorias, 1 (uma) Apostila, 1 (uma) Apostila Retificatória de Proventos, 4 (quatro) Atos Retificadores de Aposentadoria, 1 (um) Autos Suplementares de Aposentadoria, 1 (um) Complemento de Benefícios de Pensão, 1 (um) Complemento de Proventos de Aposentadoria, 3.917 (três mil, novecentas e dezessete) Pensões e 748 (setecentas e quarenta e oito) Reformas, como demonstrado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - Registro de Atos



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.7 Exame Prévio de Instrumento Convocatório

O Regimento Interno, em seu art. 262, dispõe que os instrumentos convocatórios referentes aos procedimentos licitatórios instaurados pelos órgãos ou entidades estaduais e municipais sujeitam-se a exame prévio pelo Tribunal.

De acordo com o art. 264 do citado Regimento, a licitação poderá ser liminarmente suspensa se constatadas irregularidades graves que possam causar lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.

Em caso de decisão monocrática, o Conselheiro Relator deverá submeter sua decisão à ratificação do Colegiado competente na sessão subsequente, sob pena de perda de eficácia, nos termos do disposto no § 1º do art. 264 do Regimento Interno.

No exercício de 2014, foram suspensos 94 (noventa e quatro) Editais de Licitação, sendo que 1 (um) foi suspenso pelo Tribunal Pleno, 47 (quarenta e sete) foram suspensos pela Primeira Câmara e 46 (quarenta e seis) pela Segunda Câmara.

Suspenso o certame, após a análise conclusiva dos itens impugnados na peça inicial, o TCEMG determina a adequação do edital aos ditames legais. Verificado o correto ajustamento e as condições de o feito prosseguir, os autos são novamente submetidos ao Colegiado competente para revogação da suspensão anteriormente determinada.

No que tange aos Editais de Concurso Público, ao proceder à análise, o Tribunal poderá suspender o certame, mediante medida cautelar, ou determinar que a entidade realizadora promova as correções necessárias, caso configurado o pressuposto de restrição à competitividade intrínseca à participação em concursos públicos, como também se constatada ilegalidade.

Foram suspensos, no exercício de 2014, 9 (nove) Editais de Concursos Públicos, sendo que 4 (quatro) foram suspensos pela Primeira Câmara e 5 (cinco) pela Segunda Câmara.

5.8 Sanções

O Tribunal de Contas, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá, observado o devido processo legal, aplicar, isolada ou cumulativamente, as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

A multa será aplicada de forma individual, a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores.

Conforme dispõe o art. 316 do mencionado Regimento, verificada a existência de dano ao erário, o Tribunal determinará o seu ressarcimento aos cofres públicos pelo responsável ou sucessor, observado o disposto no inciso VIII do art. 2º do citado Regimento.

Nas Tabelas 25 e 26, estão registradas as multas aplicadas e os ressarcimentos determinados no exercício de 2014.

TABELA 25 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade

(em R\$ 1,00)

Irregularidade	Tribunal Pleno	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Abertura de créditos suplementares sem amparo legal	-	-	7.000,00	7.000,00
Atos de Admissão praticados sem a observância de requisitos legais	-	5.000,00	18.000,00	23.000,00
Ausência de conta corrente específica para os recursos destinados à educação/saúde	-	51.850,00	83.500,00	135.350,00
Descumprimento de determinação do Tribunal	4.000,00	54.000,00	97.500,00	155.500,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório da Gestão Fiscal	-	-	184.000,00	184.000,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	294.000,00	294.000,00
Descumprimento dos percentuais de aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério	-	23.000,00	18.000,00	41.000,00
Dispensa/Inexigibilidade com irregularidade(s)	-	138.950,00	57.420,00	196.370,00
Falta de procedimento licitatório	-	390.237,00	41.000,00	431.237,00
Falta de repasse dos recursos destinados ao ensino/saúde para os órgãos responsáveis	-	62.550,00	74.500,00	137.050,00
Irregularidade(s) em Convênio/Contrato/Termo Aditivo	-	204.310,00	166.800,00	371.110,00
Irregularidade(s) com recursos do FUNDEF/FUNDEB	-	16.100,00	32.000,00	48.100,00
Irregularidade(s) no Edital de Concurso Público	-	6.000,00	43.000,00	49.000,00
Irregularidade(s) relativa(s) ao Controle Interno	-	148.700,00	15.000,00	163.700,00
Irregularidade(s) nas Contas do Executivo Municipal	48.000,00	94.000,00	86.000,00	228.000,00
Irregularidade(s) nos gastos com o ensino/saúde	-	34.200,00	3.000,00	37.200,00
Procedimento licitatório com irregularidade(s)	-	666.650,00	241.820,00	908.470,00
Irregularidade(s) nas Prestações de Contas	-	17.000,00	106.000,00	123.000,00
Irregularidade(s) na gestão do órgão	-	13.000,00	-	13.000,00
Outras irregularidades	-	178.680,00	78.407,66	257.087,66
Total	52.000,00	2.104.227,00	1.646.947,66	3.803.174,66

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

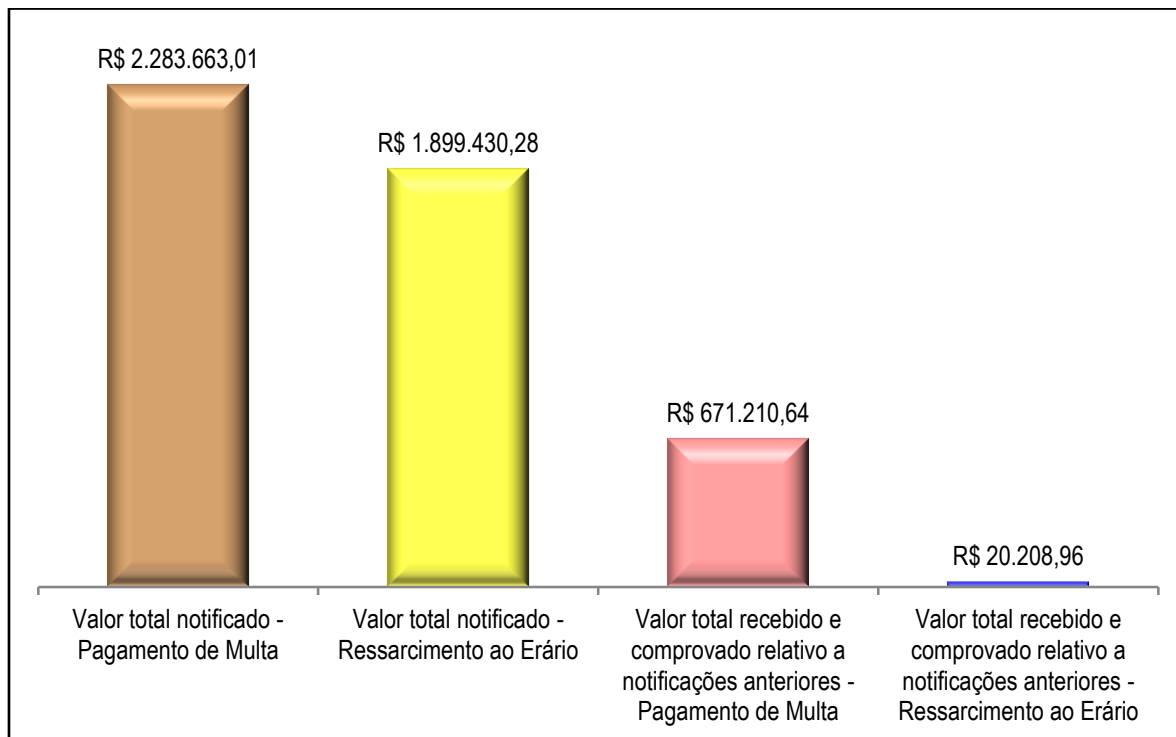
TABELA 26 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade

(em R\$ 1,00)

Irregularidade	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Ausência de comprovação da execução do objeto	461.374,91	22.389,07	483.763,98
Benefícios concedidos sem lei autorizativa	3.374,14	-	3.374,14
Contrato/Convênio irregularmente executado	1.237.994,52	780.811,81	2.018.806,33
Despesas com publicidade realizadas irregularmente	48.099,74	-	48.099,74
Despesas com publicidade sem apresentação da matéria veiculada	7.488,00	-	7.488,00
Despesas não afetas ao interesse público	71.993,13	21.035,33	93.028,46
Falta de comprovação de despesas com documentos legais	421.396,12	130.351,01	551.747,13
Realização de despesas sem a observância de procedimentos legais	1.637.874,93	283.967,14	1.921.842,07
Recebimento em duplicidade	746,18	-	746,18
Recebimento indevido de remuneração	7.280,26	20.096,44	27.376,70
Recebimento indevido de subsídio	167.528,70	333.206,94	500.735,64
Outras irregularidades	132.668,89	8.179,03	140.847,92
Total	4.197.819,52	1.600.036,77	5.797.856,29

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

No exercício de 2014, a Coordenadoria de Débito e Multa encaminhou 324 (trezentas e vinte e quatro) certidões de débito ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais, como discriminado nas Tabelas 27 e 28.

TABELA 27 - Multa

Certidões	Valor Total
203	R\$ 1.474.425,57

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

TABELA 28 - Ressarcimento ao Erário

Certidões	Valor Total
121	R\$ 3.099.240,99

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.9 Recursos Deliberados

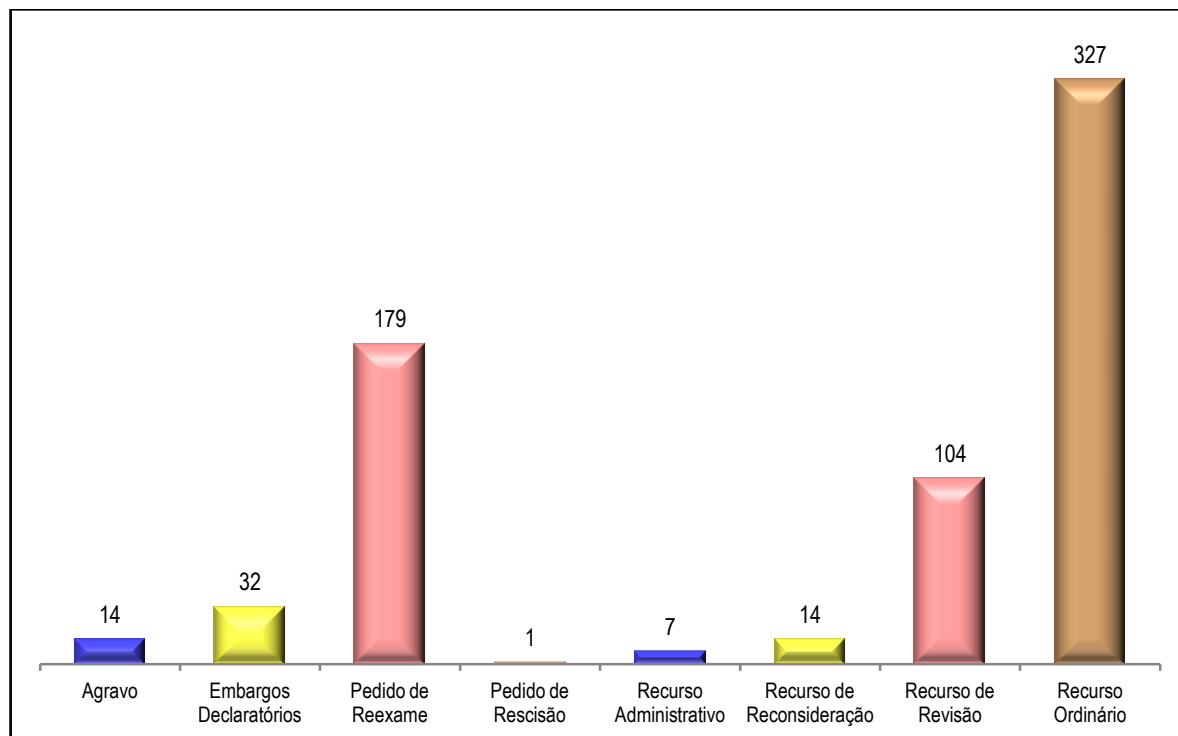
Nos termos do art. 324 do Regimento Interno, das decisões do Tribunal caberão os seguintes recursos:

- recurso ordinário;
- agravo;
- embargos de declaração;
- pedido de reexame.

Poderão interpor recurso os responsáveis pelos atos impugnados; os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo; o Ministério Público junto ao Tribunal.

No exercício de 2014, foram deliberados 678 (seiscentos e setenta e oito) recursos, como registrado no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados

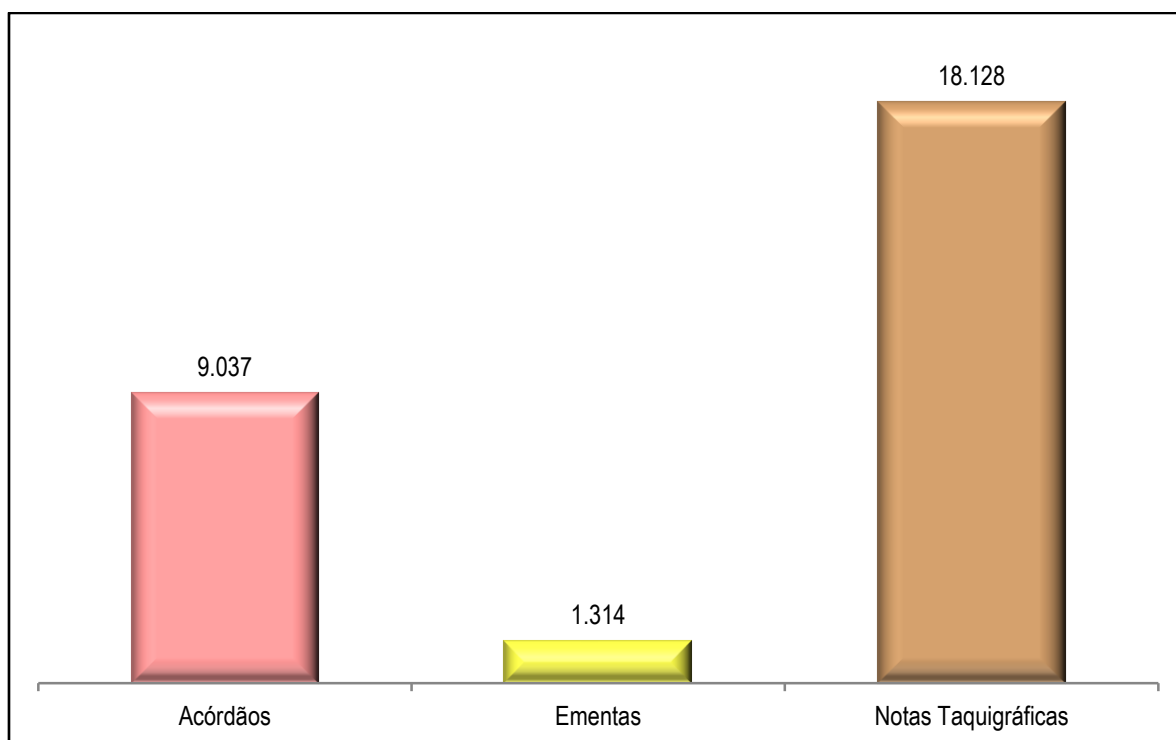


Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.10 Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados

Foram emitidas, no exercício de 2014, 18.128 (dezoito mil, cento e vinte e oito) notas taquigráficas, publicados 9.037 (nove mil e trinta e sete) acórdãos e 1.314 (um mil, trezentas e quatorze) ementas, sendo que 38 (trinta e oito) referem-se a parecer em consulta e 1.276 (um mil, duzentas e setenta e seis) a parecer prévio.

GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.11 Certidões

No exercício de 2014, foram emitidas 2.229 (duas mil, duzentas e vinte e nove) certidões, como especificado na Tabela 29.

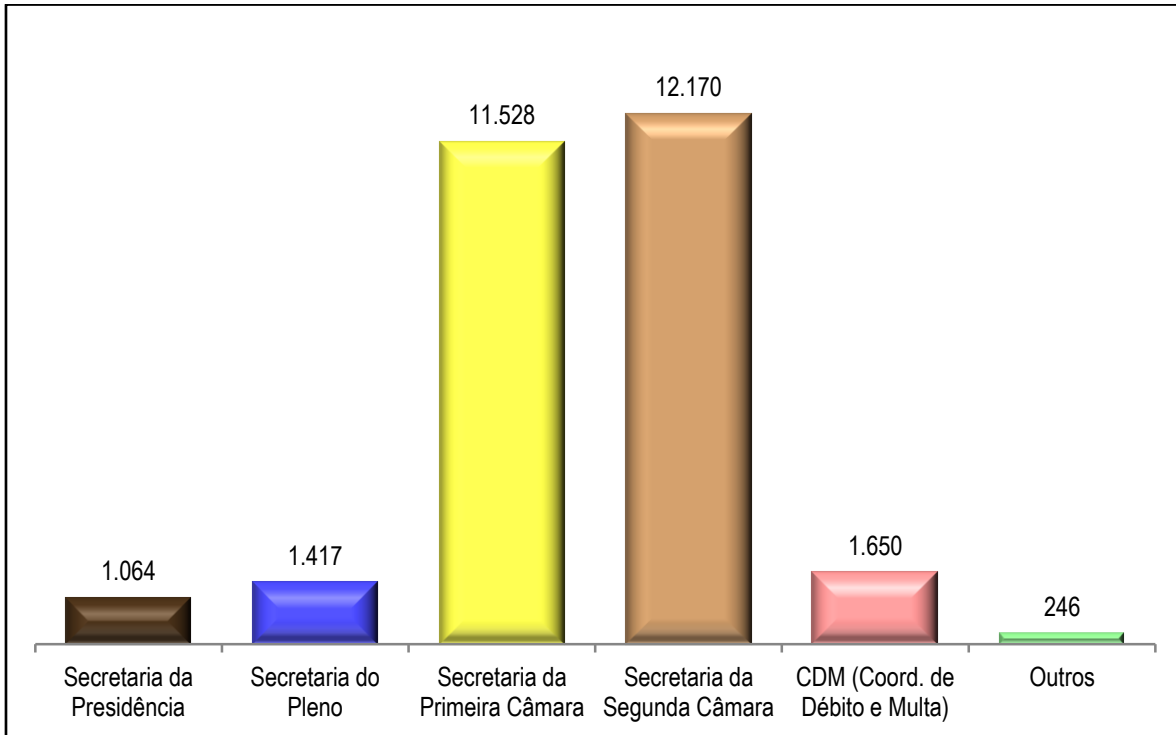
TABELA 29 - Certidões Emitidas

Forma/Finalidade	Sec. Pleno	Sec. Primeira Câmara	Sec. Segunda Câmara	DCEM	DCEE	Total
Inteiro teor	-	2	43	-	-	45
Para instrução de recurso	215	-	-	-	-	215
Para atendimento aos Jurisdicionados						
- Saúde/Ensino	-	-	-	809	-	1.531
- Pessoal	-	-	-	223	-	
- Fundeb	-	-	-	119	-	
- Limites LRF (Gestão Fiscal)	-	-	-	380	-	
Para contratação de operações de crédito e celebração de convênios pelos Municípios	-	-	-	254	-	254
Para contratação de operações de crédito da Dívida Interna e Externa	-	-	-	-	6	6
Outras certidões	98	7	-	70	3	178
Total	313	9	43	1.855	9	2.229

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

5.12 Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas

GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS

Visando ao aprimoramento do controle externo, o Tribunal de Contas realizou parcerias com outros órgãos e instituições, a saber:

- Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de auxiliar as ações de fiscalização do TCEMG;
- Acordo de Cooperação em Auditorias de Saúde celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Contas da União, o Instituto Rui Barbosa e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas;
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Companhia Energética do Estado de Minas Gerais - CEMIG, com o objetivo de propor soluções para a operacionalização da transferência dos ativos de iluminação pública para os municípios;
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público do Estado, com o objetivo de ajudar os municípios mineiros a cumprirem as exigências da Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de realizar ações conjuntas de fiscalização e intercâmbio de experiências e tecnologias;
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Conselho Nacional Justiça, com o objetivo de conjugar esforços para o Aperfeiçoamento e a Manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI;
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Instituto Rui Barbosa, com o objetivo de estabelecer mecanismos que permitam a instalação e funcionamento da Sede do IRB nas dependências do TCEMG;
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Associação Mineira dos ex-Gestores Públicos Municipais, com o objetivo de estabelecer cooperação para orientar e facilitar o contato com ex-gestores municipais;

- Termo de cooperação técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, com o objetivo de cruzar dados cadastrais entre vencedores de processos licitatórios e doadores de campanha eleitoral;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e países de língua portuguesa, com a interveniência do Instituto Rui Barbosa, com o objetivo de estabelecer colaboração na área de controle externo;
- Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com o objetivo de estabelecer mecanismos que permitam o intercâmbio de dados e informações, métodos e técnicas de fiscalização, como também de promover a reciprocidade de projetos de capacitação profissional, possibilitando o aprimoramento e a agilização de ações institucionais relativas à área de interesse dos partícipes;
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Pitágoras Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda. visando à cessão mútua de espaços entre os partícipes; formalização de apoio do Pitágoras ao Projeto Ponto de Expressão desenvolvido pelo Tribunal; e possibilidade de indicação de professores do quadro da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo para eventos educacionais promovidos pelo Pitágoras;
- Termo de Adesão, por parte do TCEMG, ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Superior Tribunal Militar, a Corregedoria da Justiça Militar da União e o Tribunal de Contas da União, objetivando a conjugação de esforços para o aperfeiçoamento e a manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, com a interveniência do Instituto Rui Barbosa - IRB, objetivando o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública;
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, objetivando a troca de conhecimento, informações, experiências e do compartilhamento de ações educacionais; tais como o Projeto de Debates, Ponto de Expressão e as Jornadas Anuais de Contabilidade;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Tribunal de Contas de Guiné-Bissau, com a interveniência do Instituto Rui Barbosa, com o objetivo de realizar intercâmbio de

- experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e a Câmara de Contas de Timor-Leste, com a interveniência do Instituto Rui Barbosa, objetivando o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesses comuns;
 - Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCEMG e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com a interveniência da Procuradoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais, da Central de Apoio Técnico, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, com o objetivo de facilitar o fornecimento de documentos, dados e informações, visando dotar os partícipes nos procedimentos de fiscalização, em seus respectivos âmbitos de atuação, de maior consistência e qualidade na apreciação da legalidade dos atos da Administração Pública Estadual e Municipal, bem como o compartilhamento de recursos de infraestrutura tecnológica de datacenter em forma de *colocation* (alocação *in-loco* de hardware) a fim dos partícipes possuírem redundâncias de dados, site-backup de aplicações e backup remoto das informações;
 - Protocolo de Intenções celebrado por Dirigentes de Instituições de Ensino, por Presidentes de Institutos de Estudos afetos à área do Direito Público, por Escolas Governamentais, pelo TCEMG e pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, com o objetivo de captar o apoio de instituições de ensino, institutos de estudos afetos à área do Direito Público e de Escolas Governamentais ao Tribunal, e à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para a realização do Programa “Ponto de Expressão”;
 - Protocolo de Intenções celebrado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, com a Faculdade Arnaldo, cujo objetivo é o apoio da Faculdade Arnaldo ao Tribunal e à OAB/MG, para a realização do Programa “Ponto de Expressão”;
 - Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e o Instituto AMM, objetivando a troca de conhecimento e o compartilhamento de ações educacionais, incluindo a concessão de desconto nas mensalidades dos cursos de graduação oferecidos pela Instituição de Ensino Superior - IES;

- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de possibilitar, em caráter colaborativo e pedagógico, a transferência mútua de expertise e conhecimentos por meio de servidores especializados pertencentes aos quadros de ambos os Tribunais, em matérias relacionadas a estes;
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; cujo objetivo é a cooperação e o intercâmbio de inteligência na área da tecnologia da informação entre os partícipes;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Instituto Rui Barbosa e outros Tribunais de Contas Brasileiros, objetivando a prática de ações conjuntas para se obter o perfil de governança pública e de governança e gestão das aquisições em órgãos e entidades estaduais e municipais;
- Termo de Adesão celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Instituto Rui Barbosa – IRB, objetivando a anuência ao disposto no Estatuto Social do IRB;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais com o objetivo de estabelecer a transferência de conhecimentos, informações e experiências e a cooperação técnico-científica, visando ao desenvolvimento de metodologias de custos;
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, cujo objetivo é o intercâmbio de informações para o exercício auxiliar do Controle Externo;
- Convênio celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT objetivando a prestação pela ECT ao Tribunal, do Serviço de Protocolo Postal – SPP, o qual consiste no recebimento, protocolo, transporte e entrega de petições, recursos e documentos, exclusivamente em território nacional, endereçados aos órgãos jurisdicionados do Tribunal.

7 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

7.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, instituída pela Resolução nº 5, de 10 de agosto de 1994, tem por missão promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a difusão do conhecimento aos jurisdicionados, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos recursos públicos.

A sua principal atividade de capacitação é o Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, que tem como principal objetivo assegurar a formação multidisciplinar aos técnicos e oficiais do TCEMG, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento do controle externo, além de conscientizar os servidores sobre a importância de uma atuação transparente e responsável.

7.2 Eventos Internos e Externos

Nas Tabelas 30 e 31 estão registrados alguns dos eventos internos e externos que ocorreram no período.

TABELA 30 - Eventos Internos

(continua)

Eventos	Participantes
<i>Business Intelligence</i> para o SIAFI/MG (Sistema Integrado de Administração Financeira), desenvolvido pela Prodemge (Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais)	12 servidores
Capacitação – Lousas Interativas	2 servidores
Capacitação – Rais	13 servidores
Curso – Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	27 servidores
Curso – Excel Avançado	16 servidores
Curso – Excel Básico e Avançado	45 servidores

TABELA 30 - Eventos Internos

(continua)

Eventos	Participantes
Curso – Formação de Tutores Virtuais para a EaD	21 participantes
Curso – Formação de Tutores Virtuais para a EaD	21 servidores
Curso – Gestão na Folha de Pagamento no Serviço Público	6 servidores
Curso – Novas Regras de Contabilidade Pública	6 participantes
Curso – Novas Regras de Contabilidade Pública	45 servidores
Curso – Oratória: Fundamentos e Prática do Falar Bem para Grandes Auditórios	39 servidores
Curso – Outlook	22 servidores
Curso – Power Point	16 servidores
Curso – Prezi	19 servidores
Curso – Redação de Sentenças, Acórdãos, Pareceres e Relatórios Técnicos	30 servidores
Curso – Técnica Legislativa	22 servidores
Curso – Visio	10 servidores
Curso – Word Avançado	8 servidores
Curso – Word Básico e Avançado	30 servidores
Curso – Word Intermediário	14 servidores
Curso Online – Auditoria Governamental / Operacional	3 servidores
Curso Online – Avaliação de Controles Internos	2 servidores
Curso Online – Regime Diferenciado de Contratação Pública	2 servidores
Encontro dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa para Desenvolvimento e Educação	9 participantes
Encontro dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa para Desenvolvimento e Educação	3 servidores
Encontro Técnico – O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral	390 jurisdicionados
I Capacitação Internacional dos Tribunais de Contas em SAI PMF	54 participantes
I Capacitação Internacional dos Tribunais de Contas em SAI PMF	5 servidores
I Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG	1.033 participantes
I Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG	115 servidores
II Programa Aprendendo a Recomeçar (PAR) – Módulo I – Ciclos da Vida: Perdas e ganhos/Significado do trabalho para a vida/Administração do tempo	49 servidores
<i>Oracle Business Intelligence (BI) – Infostrategy</i>	28 servidores
Palestra – Ética na Corporação	21 servidores

TABELA 30 - Eventos Internos

(continua)

Eventos	Participantes
Ponto de Expressão – Financiamento Público ou Privado de Campanha	187 participantes
Ponto de Expressão – Financiamento Público ou Privado de Campanha	17 servidores
Ponto de Expressão – Judicialização da Saúde	137 participantes
Ponto de Expressão – Judicialização da Saúde	43 servidores
Ponto de Expressão – Nova Lei Anticorrupção	259 participantes
Ponto de Expressão – Nova Lei Anticorrupção	17 servidores
Ponto de Expressão – Nova Lei de Resíduos Sólidos	232 participantes
Ponto de Expressão – Nova Lei de Resíduos Sólidos	25 servidores
Ponto de Expressão – Novo Marco Regulatório da Mineração	511 participantes
Ponto de Expressão – Novo Marco Regulatório da Mineração	5 servidores
Ponto de Expressão – Regime Diferenciado de Contratação para a Copa	40 participantes
Ponto de Expressão – Regime Diferenciado de Contratação para a Copa	48 servidores
Ponto de Expressão – Revisão da Lei nº 8.666/93	134 participantes
Ponto de Expressão – Revisão da Lei nº 8.666/93	18 servidores
Ponto de Expressão – Tarifa Zero	122 participantes
Ponto de Expressão – Tarifa Zero	26 servidores
Pós-Graduação – Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia – Módulo I – Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	28 participantes
Pós-Graduação – Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia – Módulo I – Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	23 servidores
Pós-Graduação – Aperfeiçoamento em Direito Público aplicado ao Controle Externo – Módulo I – Tópicos em Direito Constitucional	30 participantes
Pós-Graduação – Aperfeiçoamento em Direito Público aplicado ao Controle Externo – Módulo I – Tópicos em Direito Constitucional	32 servidores
Programa de Capacitação em Atendimento ao Público	65 servidores
Projeto Conhecer – Direito Constitucional I e II – Curso de Direito da FEAD	25 participantes
Projeto Conhecer – Faculdade Unipac	40 participantes
Projeto Conhecer – Prevenção e Gestão de Catástrofes – Curso de Formação de Oficiais – Bombeiro Militar (CFO BM)	54 participantes
Projeto Conhecer – Pronatec de Ponte Nova	20 participantes
Projeto Conhecer – Unipac de Barbacena	50 participantes
Seminário – Auditoria Ambiental – Lei Nacional de Saneamento	26 participantes
Seminário – Auditoria Ambiental – Lei Nacional de Saneamento	14 servidores

TABELA 30 - Eventos Internos

(continua)

Eventos	Participantes
Seminário – Auditoria em Obras de Pavimentação	15 participantes
Seminário – Auditoria em Obras de Pavimentação	15 servidores
Seminário – Auditoria em Serviço de Limpeza Urbana e Disposição Final de Resíduos Sólidos	12 participantes
Seminário – Auditoria em Serviço de Limpeza Urbana e Disposição Final de Resíduos Sólidos	14 servidores
Seminário – Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS	347 participantes
Seminário – Direito Previdenciário: Fiscalização e Controle dos RPPS	82 servidores
Seminário – Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro na Constituição da República	5 jurisdicionados
Seminário – Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro na Constituição da República	5 servidores
Seminário – Macrotendências do Controle da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas	50 servidores
Seminário – Plano Nacional de Mobilidade Urbana	100 participantes
Seminário – Plano Nacional de Mobilidade Urbana	16 servidores
Seminário – Responsabilidade dos Agentes Públicos em Licitações e Termo de Referência para Pregões	50 participantes
Seminário – Responsabilidade dos Agentes Públicos em Licitações e Termo de Referência para Pregões	14 servidores
Seminário – Tópicos em Direito do Trabalho Aplicado à Administração Pública	30 participantes
Seminário – Tópicos em Direito do Trabalho Aplicado à Administração Pública	44 servidores
Seminário – Tópicos em Direito Financeiro	417 participantes
Seminário – Tópicos em Direito Financeiro	217 servidores
Seminário – Tópicos em Direito Tributário Aplicado à Administração Pública	22 participantes
Seminário – Tópicos em Direito Tributário Aplicado à Administração Pública	37 servidores
Seminário – Transportes Coletivos: Planejamento e cálculo de tarifas	19 participantes
Seminário – Transportes Coletivos: Planejamento e cálculo de tarifas	19 servidores
Seminário – Tributação sobre o Consumo	41 participantes
Seminário – Tributação sobre o Consumo	23 servidores
Simpósio – Convênios e Tomadas de Contas Especiais	172 participantes
Simpósio – Convênios e Tomadas de Contas Especiais	34 servidores
Simpósio – Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário	13 participantes
Simpósio – Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário	43 servidores

TABELA 30 - Eventos Internos

(conclusão)

Eventos	Participantes
Técnica de Identificação de Cartel	36 participantes
Técnica de Identificação de Cartel	75 servidores
Treinamento – Software de Gestão Estratégica: Plataforma Channel, um software para monitoramento da execução dos planos estratégicos	50 servidores
VI Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil	37 participantes
VI Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil	15 servidores

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

TABELA 31 - Eventos Externos

(continua)

Eventos	Participantes
<i>10th World Congress – Health Economics in the Age of Longevity: a Joint IHEA & ECHE Congress</i>	1 servidor
Aplicação de Sanções nas Contratações Públicas e a Responsabilidade dos Agentes Públicos por Ações e Omissões	4 servidores
Congresso Brasileiro de Direito Processual	11 servidores
Curso – Auditoria de Folha de Pagamento no Serviço Público	5 servidores
Curso – Avançado Sobre Licitações e Contratos	1 servidor
Curso – Capacitação de Servidores Públicos para Atuarem em Ouvidorias Públicas	2 servidores
Curso – Capacitação e Aperfeiçoamento, Planejamento, Organização e Coordenação de Eventos	1 servidor
Curso – Capacitação e Aperfeiçoamento: Básico de Contratos Administrativos	2 servidores
Curso – Capacitação e Aperfeiçoamento: Básico de Licitação	2 servidores
Curso – Capacitação e Formação de Pregoeiros e Sistema de Registro de Preços	1 servidor
Curso – Cerimonial e Organização de Eventos Empresariais	1 servidor
Curso – <i>Coaching</i> para Advogados	4 servidores
Curso – Completo de Elaboração de Instrumentos Obrigatórios no Processo Licitatório: Projeto Básico Para Licitações, Termo de Referência e Técnicas de Elaboração de Edital e Contratos Administrativo	3 servidores
Curso – Compras Públicas com Ênfase em Especificação de Materiais	1 servidor
Curso – Concurso – Público – Análise da Jurisprudência e Leis quanto ao Instituto	2 servidores
Curso – Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Novo Plano de Contas	2 servidores

TABELA 31 - Eventos Externos

(continua)

Eventos	Participantes
Curso – Controle Interno e Análise de Risco na Gestão de Processos	1 servidor
Curso – Elaboração de Projetos para Captação de Recursos	1 servidor
Curso – Estratégias Relacionais e Comunicação Assertiva	3 servidores
Curso – Formação Continuada a Distância em Português Oficial	130 servidores
Curso – Formação de Analistas de Processos	2 servidores
Curso – Formação e Certificação Internacional em <i>Leader</i>	1 servidor
Curso – Formação em <i>Practitioner</i> Intensivo	2 servidores
Curso – Gestão da Informação e do Conhecimento	1 servidor
Curso – Gestão da Informação e do Conhecimento	3 servidores
Curso – Gestão de Documentos e Arquivos	1 servidor
Curso – Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	1 servidor
Curso – Gestão Orçamentária e Financeira	4 servidores
Curso – Gestão por Competências	4 servidores
Curso – Legislação de Pessoal	1 servidor
Curso – Licitação Avançado	1 servidor
Curso – Licitação Completa – Modalidades Clássicas, Pregão, RDC e Sistemas de Registro de Preço	2 servidores
Curso – Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade – Visão Geral das Principais Diferenças – Setor Público (IPSAS) versus Setor Privado (IAS/IFRS) – Módulos I, II, III	4 servidores
Curso – Normas e Procedimentos em Vigor Sobre Licitações e Contratos	3 servidores
Curso – Prática de Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância e Inquérito. Lei nº 8.112/90 (Passo a Passo). Ênfase Em: Como Ordenar Corretamente um Processo Disciplinar	2 servidores
Curso – Previdência dos Servidores Públicos: RPPS, Cálculos de Aposentadoria e Pensões e a Nova Previdência Complementar	3 servidores
Curso – <i>Professional Coach Certification</i>	2 servidores
Curso – RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas	5 servidores
Curso – Relatórios de Auditoria – Trabalhos de procedimentos previamente acordados sobre informações contábeis	11 servidores
Curso – Responsabilidade Administrativa de Prefeitos, Secretários Municipais e Estaduais e Gestores, em conformidade com os entendimentos do TCU, do STF e do STJ	2 servidores
Curso – Responsabilização de Agentes Públicos e Privados perante os Tribunais de Contas	2 servidores

TABELA 31 - Eventos Externos

(continua)

Eventos	Participantes
Curso – Sistema de Registro de Preços	1 servidor
Curso – Visão Geral Das Principais Diferenças Setor Público (IPSAS) versus Setor privado (IAS/IFRS) – Modulo I, II e III	1 servidor
Curso Online – Educação a Distância: Tutoria no TCU	3 servidores
Curso Online – Excel Avançado Aplicado ao Controle	2 servidores
Encontro de Secretários de Estabelecimentos de Ensino Superior	1 servidor
Encontro Fomenta Minas	800 jurisdicionados
Encontro Fomenta Minas	350 participantes
Encontro Técnico – O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral – Caxambu	161 jurisdicionados
Encontro Técnico – O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral – Governador Valadares	169 jurisdicionados
Encontro Técnico – O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral – Itajubá	194 jurisdicionados
Encontro Técnico – O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral – Juiz de Fora	187 jurisdicionados
Encontro Técnico – O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral – Montes Claros	183 jurisdicionados
Encontro Técnico – O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral – Uberlândia	140 jurisdicionados
Encontro Técnico – O TCEMG e os Municípios: Gestão Responsável em Ano Eleitoral / Encontro Fomenta Minas – Paracatu	423 jurisdicionados
Fórum Mineiro dos Municípios – AMM – Apresentação do Geo-Obras	1 servidor
I Encontro Nacional de Gestores e Membros de Comissão de Concurso Público na Administração Pública	3 servidores
I Fórum de Governança TCEMG/TCU	624 jurisdicionados
I Fórum de Governança TCEMG/TCU	24 servidores
I Seminário Regional de Informação de Custo e Qualidade do Gasto no Setor Público	4 servidores
II Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	3.588 jurisdicionados
II Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	153 servidores
II Congresso Brasileiro das Empresas Estatais – Governança, Controle e Competitividade	2 servidores

TABELA 31 - Eventos Externos

(continua)

Eventos	Participantes
II Congresso Nacional de Gestão e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	2 servidores
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública – Os desassossegos da função pública brasileira – entre o dever de boa administração e as garantias funcionais	175 participantes
III Congresso Internacional de Controle Fiscal “Retos globales del control fiscal y sus aportes al desarrollo social”	1 servidor
IV Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos	1 servidor
IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas e XIII ECCOR	40 servidores
IX CONINTER – Congresso Norte – Nordeste de Controle Interno e Externo	2 servidores
Jornadas Argentino-Brasileiras de Direito e Políticas Públicas	6 servidores
Reunião Extraordinária da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, do Colégio de Presidentes das Comissões Seccionais de Direito Tributário e da Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais	30 participantes
Secretariado Executivo, Assessores e Assistentes	1 servidor
Seminário – Rede de Ouvidorias: Minas mais Transparente e Cidadã	120 participantes
Seminário – Temas Aplicados e Relevantes sobre Contratação Pública	1 servidor
Seminário Nacional – Como Elaborar a Planilha de Formação de Preços da IN nº 02/08 e Como Julgar a Licitação para a Contratação dos Serviços Contínuos	2 servidores
Seminário Nacional – O Que Muda na Terceirização de Serviços Contínuos com as alterações da IN nº 02/08	1 servidor
Seminário Nacional – Sistema de Registro de Preços Para Compras e Serviços – Como Planejar, Julgar a Licitação e Gerir a Ata e o Contrato	1 servidor
VIII Pregão Week – Semana de Estudos Avançados Sobre Pregão	1 servidor
VX Fórum Internacional de Software Livre	3 servidores
X Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário e IV Congresso de Direito Previdenciário do Mercosul	3 servidores
X Encontro Nacional de Secretariado da Administração Pública	2 servidores
X Jornadas Brasileiras de Direito Processual	2 servidores
XI Encontro Internacional de Juristas	1 servidor
XII Congresso Internacional de Direito Constitucional	6 servidores
XII Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	1 servidor
XIV Congresso Brasileiro de Direito do Estado	2 servidores
XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	1 servidor

TABELA 31 - Eventos Externos

(conclusão)

Eventos	Participantes
XIV Simpósio Nacional de Desenvolvimento Profissional para Secretariado Executivo, Assessores e Assistentes	2 servidores
XIX Congresso Nacional do Cerimonial Público (XIX CONCEP)	5 servidores
XVI Simpósio Nacional de Auditoria e Obras Públicas	4 servidores
XVIII Congresso Internacional de Direito Tributário: Concorrência, Globalização e Governança Tributária	593 participantes
XXIV Encontro das Escolas do Legislativo e de Contas	1 servidor
XXXVIII Encontro da Anpad	1 servidor

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

No exercício de 2014, foram capacitados 2.233 (dois mil, duzentos e trinta e três) servidores, 6.864 (seis mil, oitocentos e sessenta e quatro) jurisdicionados e 5.597 (cinco mil, quinhentos e noventa e sete) participantes externos, totalizando 14.694 (quatorze mil, seiscentos e noventa e quatro) capacitações.

8 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Todo cidadão tem direito ao acesso à informação produzida, guardada e gerenciada pelos órgãos públicos. Esse direito é assegurado pela Constituição da República e, agora, seu exercício foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011.

A informação, ao ser disponibilizada, permite ao cidadão fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Nessa esteira e atento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República, e ao cumprimento dos objetivos estratégicos “Ser conhecido e reconhecido pela sociedade e instituições em geral” e “Estimular o Controle Social”, o Tribunal de Contas fornece aos cidadãos informações relativas às suas atividades, utilizando, para isso, diferentes canais de comunicação.

8.1 Portal do TCEMG na Internet

TABELA 32 - Portal

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	310
<i>Downloads</i> de programas do TCEMG	4.452
Mensagens respondidas pelo Fale com o TCE	3
Visualizações de páginas	1.909.880

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

8.2 Serviços e Sistemas Informatizados

TABELA 33 - Serviços e Sistemas Informatizados

(continua)

Serviço/Sistema	Especificação
Biblioteca	A Biblioteca Conselheiro Aloysio Alves da Costa tem como objetivo prioritário apoiar os diversos setores do Tribunal de Contas no cumprimento de seus fins, constitucionalmente estabelecidos
Biblioteca/Acervo	O acervo da Biblioteca do Tribunal de Contas é especializado na área jurídica e contábil, mas abrange um número significativo de publicações em outras áreas do conhecimento
CNJ	Certidão de Contas - Permite a emissão e a verificação de autenticidade de certidões. É válida somente para pessoas físicas que possuam CPF
Conferência de Assinatura	Verifica a autenticidade da assinatura de documentos assinados eletronicamente
Consulta a Documentos Processuais	Possibilita a consulta a documentos processuais no Portal do TCEMG
Consultas	Consultas respondidas pelo TCEMG
Escola de Contas	A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCEMG e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados
Fale com o TCE	Canal de Comunicação com o cidadão/jurisdicionado
FISCAD	Fiscalização de Atos de Admissão
FISCAP	Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal
FISCOPA	Sistema de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014
Geo-Obras	Sistema de Informações Geográficas para gerenciar as informações das obras executadas por órgãos das esferas estadual e municipal
LEGISCAM	Remessa de Atos de Fixação dos Subsídios do Legislativo Municipal
Legislação Municipal - IN nº 5/2000	Permite a remessa de informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das Administrações Direta e Indireta dos Municípios
MapJuris	Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência do TCEMG
minasdeolhonacopa	Site que permite ao cidadão acompanhar e auxiliar o TCEMG - um dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos referentes à organização e à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, em Minas Gerais - em seu compromisso constitucional no exercício do controle externo

TABELA 33 - Serviços e Sistemas Informatizados

(conclusão)

Serviço/Sistema	Especificação
Ouvidoria	Espaço de interlocução entre o Tribunal de Contas e o cidadão para receber sugestões, críticas, reclamações, elogios ou pedidos de esclarecimentos a respeito dos serviços prestados pela Instituição
Portal do Servidor	Portal que disponibiliza ao servidor informações cadastrais, funcionais e de pagamento
PUSH	Envio de Informação Processual
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	Sistema de recadastramento de aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do TCEMG, que tem por objetivo manter a base de dados cadastral atualizada
SEC	Sistema de Emissão de Certidão
SECMULTAS	Banco de dados unificado da Coordenadoria de Débito e Multa, responsável pelo gerenciamento, no âmbito administrativo, dos débitos imputados e das multas aplicadas pelo Tribunal
SIGI	Sistema de Gestão de Identidade
SIACE LRF	Sistema informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal
SIACE PCA	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual
SIACE PCA Lei 6.404/76	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual - Entidades de Direito Privado regidas pela Lei 6.404/76
SIACE PCA X SIACE LRF	Relatório Comparativo do SIACE/PCA X SIACE/LRF que demonstra o paralelo entre os dados enviados, pelas Prefeituras Municipais, nas prestações de contas anuais e nos relatórios pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio dos sistemas SIACE/PCA e SIACE/LRF
SICAM	Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais
SICOM	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOM Consulta	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOP	Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas
SIDE	Demonstrativos do Ensino
SIGMAT	Cadastro de Fornecedores e Coleta de Preços
TCJuris	Ferramenta de pesquisa livre de julgados
TCLegis	Sistema Integrado de Pesquisa

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

8.3 Intranet

TABELA 34 - Intranet

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	596
Mensagens respondidas pelo Fale com o TCE	1
Visualizações de páginas	1.755.128

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

8.4 Redes Sociais (Twitter e Facebook)

As notícias de maior repercussão no período estão relacionadas na Tabela 35.

TABELA 35 - Notícias de Maior Repercussão

(continua)

Notícias
A Lei Federal nº 12.980/14
Aplicação de multa por irregularidades na contratação de obras e serviços de engenharia
Baixe a Revista do TCE - Edição Especial: A Lei 8.666/93 e o TCEMG.
Conselheiro Sebastião Helvécio é eleito presidente do TCEMG para o biênio 2015-2016 e vice-presidente o Conselheiro Cláudio Terrão
Dispensa de licitação para contratar instituição que utiliza profissionais não integrantes do seu quadro funcional para a execução do objeto contratual como uma afronta à licitação
Edital do Concurso Público para o cargo de Auditor - Conselheiro Substituto - do TCEMG
Entrega das prestações de contas pelos municípios
Entrevista “Uma nova contabilidade para a nova sociedade”
I Jornada de Contabilidade Pública no TCEMG
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública
Impossibilidade de contratação de assessoria jurídica por meio de licitação.
Irregularidade de contas por ausência de indicação, na ata, do horário de apresentação de propostas inabilitadas e inobservância de número mínimo de participantes em licitação na modalidade convite
Multas aplicadas pelo TCEMG a gestores que não apresentaram prestação de contas dentro do prazo legal
Não autorização de dispensa de licitação para a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, caso não exista interesse da contratada em prorrogar avença de prestação de serviços contínuos

TABELA 35 - Notícias de Maior Repercussão

(conclusão)

Notícias
Nota de Esclarecimento do TCEMG
Novas regras da Contabilidade Pública é um dos destaques na Conferência do TCEMG.
Palestra sobre técnicas de identificação de cartel em licitações
Participação do TCEMG no Programa Via Justiça
Possibilidade do parecerista jurídico ser responsabilizado solidariamente com gestores por irregularidades na aplicação de recursos públicos
Princípio da insignificância em parecer prévio - Prestação de Contas Municipal nº 697.611.
Redução de jornada de servidores municipais e a necessidade de preservação do valor global da remuneração – Consulta nº 896.622
Relação de inadimplentes do SICOM
Suspensão da obra em Mariana para a construção do Centro Administrativo do município
TCU - É admissível a especificação de marca para aquisição de cartuchos no período de garantia de impressoras.
TCU - É ilegal cláusula que exija, como condição de habilitação técnica, a vitória nas dependências da licitante.
Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte nas aquisições públicas - Pedro Henrique Silva.
Tribunal apoia seminário da OGE sobre Nova Lei Anticorrupção.
Tribunal usará “malha fina” para fiscalizar aplicação dos recursos públicos nos municípios.

Fonte: Assessoria de Publicidade e Marketing Institucional.

8.5 Informativo de Jurisprudência

TABELA 36 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência

Atividade	Quantidade
Acessos ao Informativo via Portal do Tribunal	150.359
Total de cadastrados para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i> até dezembro de 2014	7.933

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

8.6 Revista do Tribunal de Contas

TABELA 37 - Atividades Relacionadas à Revista

Atividade	Quantidade
Revistas distribuídas	18.256
Acessos à Revista do Tribunal	9.659
Total de cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da Revista por <i>e-mail</i> até dezembro de 2014	2.263

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

8.7 Biblioteca Aloyzio Alves da Costa

TABELA 38 - Atividades Relacionadas à Biblioteca

Natureza	Quantidade
Atendimento ao público interno/externo	2.217
Empréstimos de publicações	6.459
Acessos à Base de Consultas	37.804
Acessos ao TC Legis	24.273

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

8.8 Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ

TABELA 39 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente

Requerente	Quantidade	%
Prefeituras Municipais	13.971	62,98%
Câmaras Municipais	4.440	20,02%
Entidades Municipais	3.088	13,92%
Entidades Estaduais	576	2,60%
Consórcio Público	15	0,07%
Sociedade de Economia Mista	3	0,01%
Outros	89	0,40%
Total	22.182	100,00%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

TABELA 40 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto

Assunto	Quantidade	%
SICOM - Sistema Informatizado Contas Municipais	9.960	44,90%
SGL - Sistema de Gestão de Identidade	5.257	23,70%
SIACE LRF	1.446	6,52%
SIACE PCA	988	4,45%
FISCAP	1.264	5,70%
Certificado Digital	104	0,47%
SEC - Certidão Eletrônica	43	0,19%
SisObras	1	0,01%
Eventos realizados	4	0,02%
FISCAD	65	0,29%
Remessa Atos de Fixação Legislativos	2	0,01%
CRJ - Central de Relacionamento com os Jurisdicionados	240	1,08%
Certidão de Contas	10	0,05%
FISCOPA	12	0,05%
Remessa de Legislação	84	0,38%
Geo-Obras	2.185	9,85%
e-Formulário	74	0,33%
Minas Transparente	224	1,01%
Outros	219	0,99%
Total	22.182	100,00%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

9 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A Tabela 41 demonstra a distribuição do orçamento do Tribunal de Contas e a sua execução por grupo de despesa até o exercício de 2014.

TABELA 41 - Execução Orçamentária

(em R\$ 1,00)

Discriminação	Credito Autorizado	Despesa Empenhada	Percentual de Execução
Pessoal e Encargos Sociais	564.010.000,00	554.415.402,30	98,30%
Outras Despesas Correntes	54.093.080,00	53.068.965,60	98,11%
Investimentos	6.466.500,00	4.420.196,02	68,36%
Total	624.569.580,00	611.904.563,92	97,97%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

10 CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, vinculada à Presidência, integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas e é a unidade que tem a função de efetivar a gestão do controle interno dentro do TCEMG.

Além da Controladoria Interna, integram o Sistema de Controle Interno todas as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas, que deverão utilizar, em suas atividades e operações, o controle interno como ferramenta de trabalho, aplicada de forma prévia, concomitante e/ou subsequente para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança na consecução da missão constitucional do órgão.

O art. 40 da Resolução nº 5, de 20 de março de 2013, dispõe que a Controladoria Interna tem a finalidade de auxiliar as unidades administrativas e orçamentárias do Tribunal para que executem suas atividades dentro dos estritos limites da legalidade, com moralidade, impessoalidade e eficiência.

São competências da Controladoria Interna:

- elaborar, planejar e submeter à apreciação do Presidente, até o final do primeiro trimestre de cada exercício, seu Plano Anual de Atividades;
- acompanhar e avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, dos limites legais e dos atos de geração de despesas;
- avaliar as práticas operacionais das unidades que integram a estrutura organizacional do Tribunal;
- executar atividades de controle relativas à gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Tribunal;
- propiciar a integração e a interação das unidades organizacionais e respectivos sistemas de controle;
- executar outras competências correlatas descritas em atos normativos próprios.

As atividades da Controladoria Interna são desenvolvidas em consonância com as atribuições e competências estabelecidas na Resolução nº 7, de 12 de maio de 2010, e na Resolução nº 5, de 20 de março de 2013, buscando promover a participação integrada dos gestores de cada unidade com o setor, associada a um processo de mudança de cultura em relação à atuação do controle interno, no sentido de favorecer a adoção de rotinas e a melhoria do autocontrole afetas a cada uma das

unidades, contribuindo, dessa forma, para maior efetividade no alcance das metas definidas pelo Tribunal.

10.1 Atividades Desenvolvidas

Em conformidade com o Plano Diretor e com o Plano Anual de Controle Interno, e em cumprimento ao disposto no inciso IX do art. 6º da Resolução nº 8, de 27 de junho de 2012, a Controladoria Interna do Tribunal de Contas realizou várias atividades no exercício de 2014, das quais destacam-se as relacionadas na Tabela 42.

TABELA 42 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna

(continua)

Atividades
Elaboração do Relatório de Controle Interno que integrou a Prestação de Contas do TCEMG, relativa ao exercício de 2013, para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 74 da CR/88, arts. 73 e 74 da CE/89, art. 4º, inc. VIII do RITCMG e art. 10 da IN nº 14/2011
Elaboração e encaminhamento do Plano Anual de Atividades de Controle Interno
Análise do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2013
Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2014
Verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG
Participação em reuniões do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG (TCSIC)
Participação em reuniões do Grupo de Estudo para desenvolvimento do Projeto Sistema de Licitações e Contratações do TCEMG – SILIC
Realização de Auditoria Interna na Coordenadoria de Transportes
Elaboração de Relatório de Auditoria realizada na Coordenadoria de Licitações
Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas
Proposta para padronização de procedimentos a serem observados na elaboração da prestação de contas anual do TCEMG
Encaminhamento à 2ª Assessoria da Diretoria Geral de proposta de Instrução/Decisão Normativa que dispõe sobre a estruturação e funcionamento de Sistema de Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo Municipais
Elaboração de Manual de Procedimentos da Controladoria Interna

TABELA 42 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna

(conclusão)

Atividades
Participação em reuniões para elaboração do Plano Estratégico do Tribunal de Contas 2015-2019
Emissão de 1 (um) Comunicado de Orientação e 4 (quatro) Comunicados de Recomendações para o aprimoramento dos controles e rotinas no Tribunal, em decorrência das atribuições elencadas no art. 13 da Resolução nº 07/2010

Fonte: Controladoria Interna.

10.2 Capacitação de Servidores

Os servidores da Controladoria Interna participaram dos seguintes cursos/eventos:

TABELA 43 - Participação em Eventos - Controladoria Interna

Evento	Participantes
Avaliações de Controles Internos	2 servidores
Capacitação Rais	1 servidor
Contabilidade Pública e seus Aspectos Patrimoniais e Legais	4 servidores
Curso Básico de Inteligência	1 servidor
Curso de Aperfeiçoamento em Direito Administrativo com Ênfase em Licitações e Contratos	1 servidor
Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	1 servidor
I Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG	3 servidores
II Conferência de Controle Externo do TCEMG	5 servidores
Outlook	1 servidor
VI SINAOP – Simpósio Nacional de Auditoria em Obras Públicas	1 servidor

Fonte: Controladoria Interna

11 CONTROLE SOCIAL

11.1 Ouvidoria

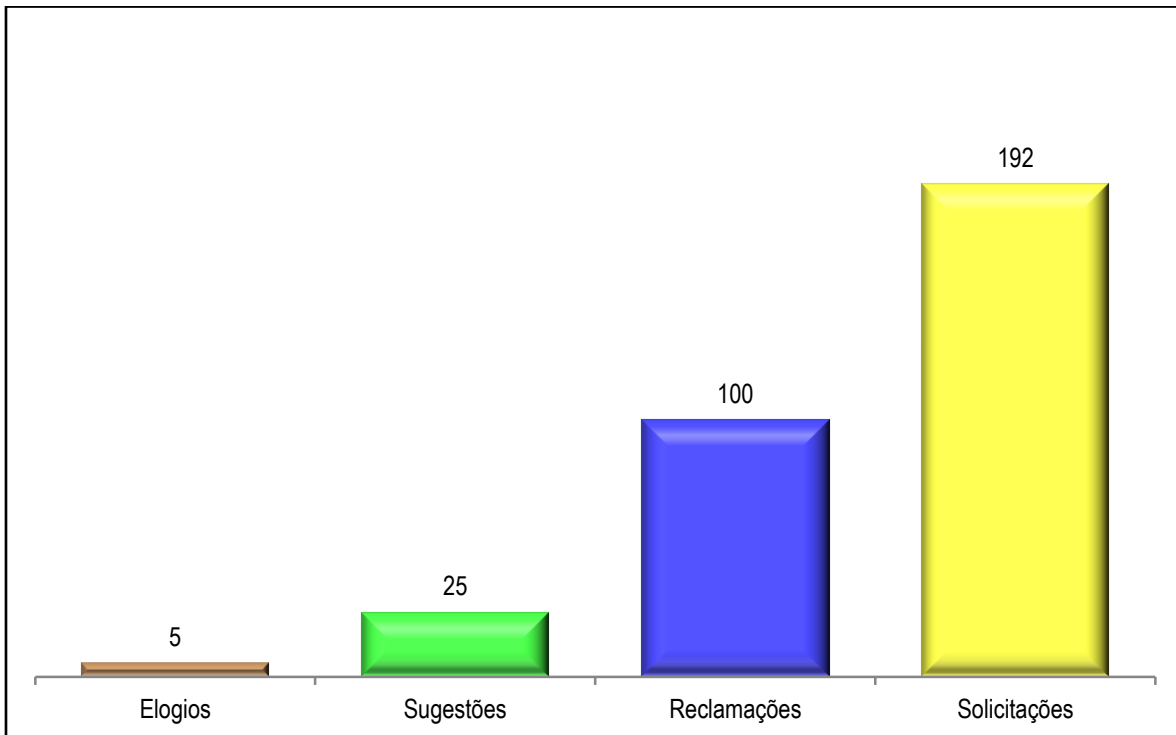
A Ouvidoria é um espaço de interlocução de uma instituição com a sociedade, destinado ao recebimento de manifestações quanto aos serviços e atendimentos prestados.

Nos termos do art. 45 do Regimento Interno, a Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão das ações de controle do Tribunal, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviços prestados pelo Tribunal, conforme disposto no parágrafo único do citado artigo.

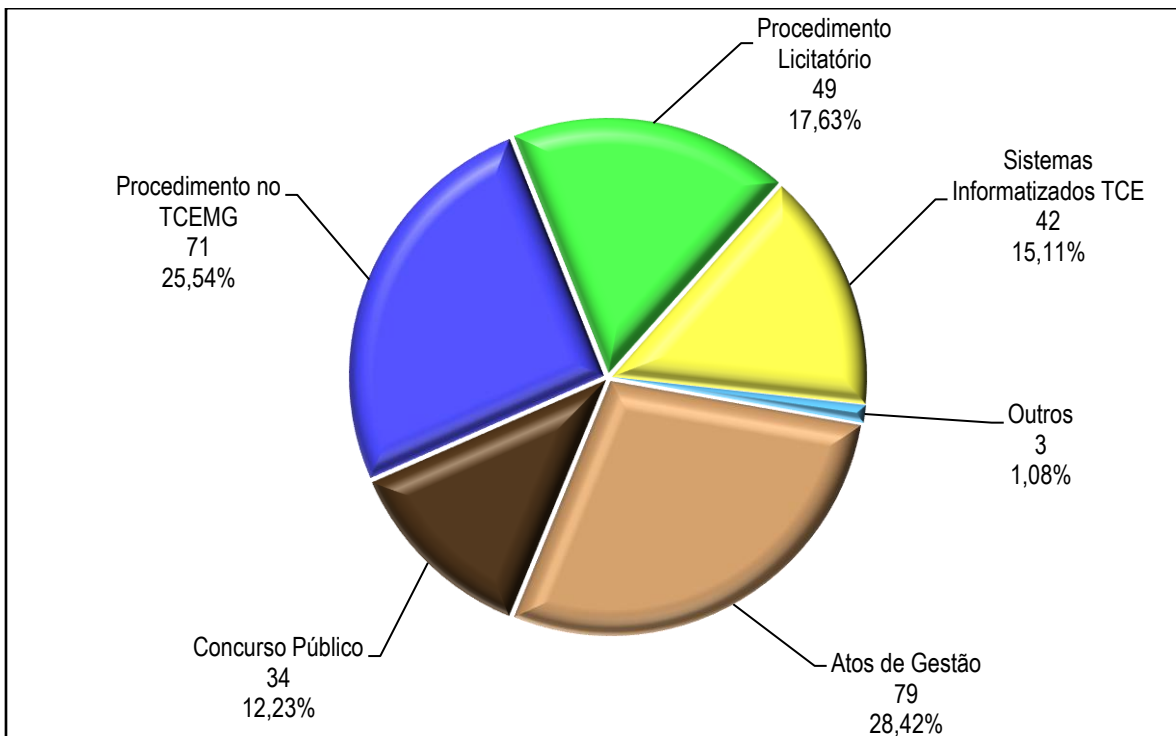
Nos Gráficos 8, 9, 10, 11, 12 e 13 e na Tabela 44 estão registradas as manifestações e demandas ocorridas no exercício de 2014:

GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas



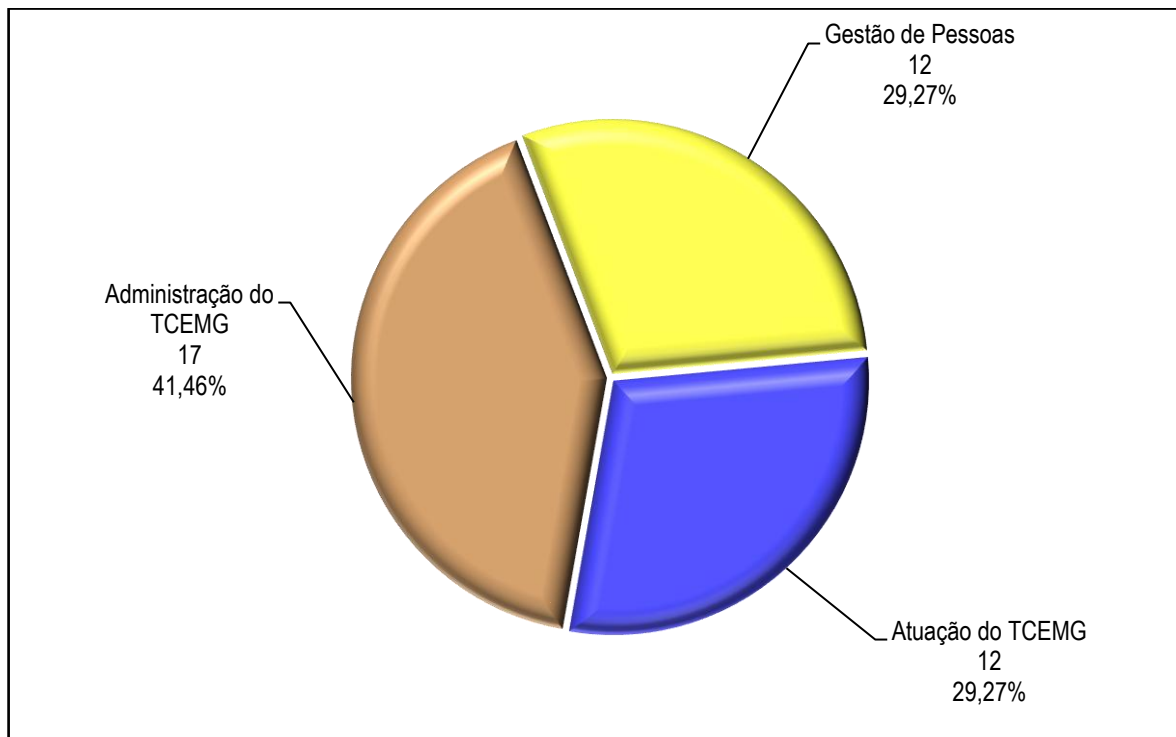
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

GRÁFICO 9 - Assuntos Ouvidoria Externa



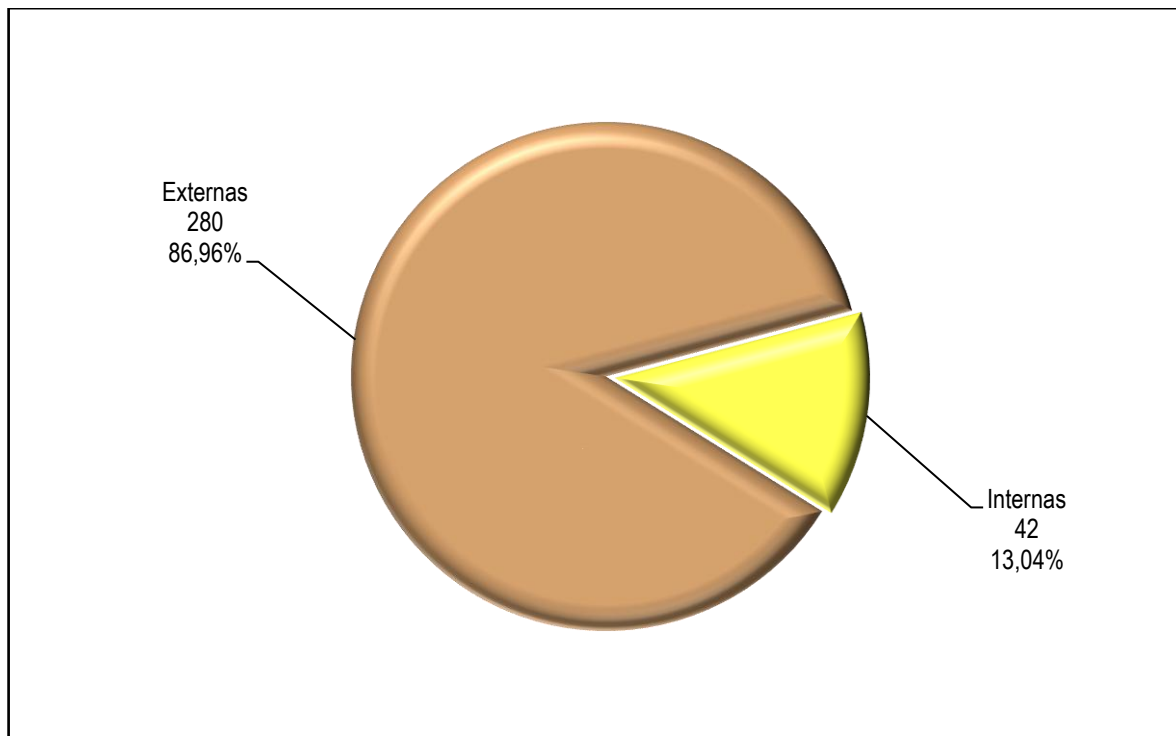
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

GRÁFICO 11 - Origem das Demandas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

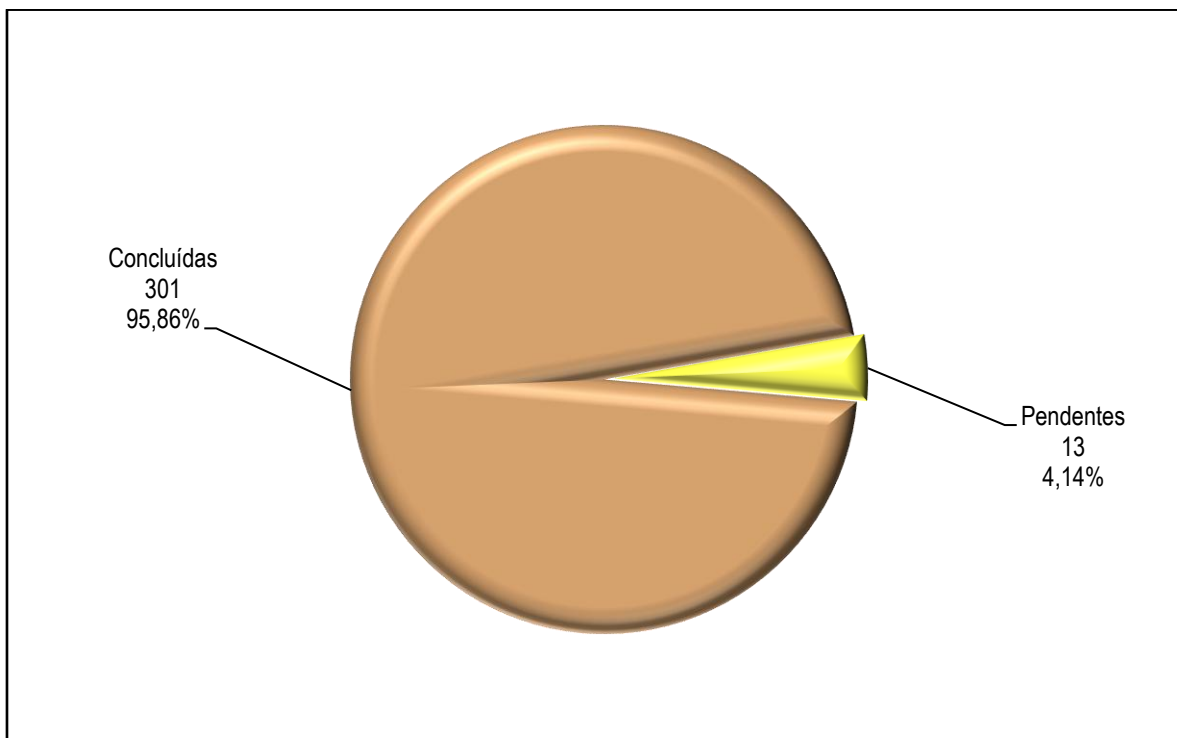
TABELA 44 - Demandas Encaminhadas

Unidades TC	Recebidas	Concluídas
Coordenadoria de Análise de Editais de Concursos Públicos e Atos de Pessoal	2	2
Diretoria de Administração	8	7
Diretoria de Comunicação	1	1
Diretoria de Controle Externo do Estado	1	1
Diretoria de Controle Externo dos Municípios	25	22
Diretoria de Gestão de Pessoas	4	2
Diretoria de Segurança Institucional	11	7
Diretoria de Tecnologia da Informação	5	3
Escola de Contas	3	3
Ouvidoria Geral do Estado	2	-
Ouvidoria (*)	236	236
Secretaria Executiva	6	6
Diversos	9	7
Total	313	297

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

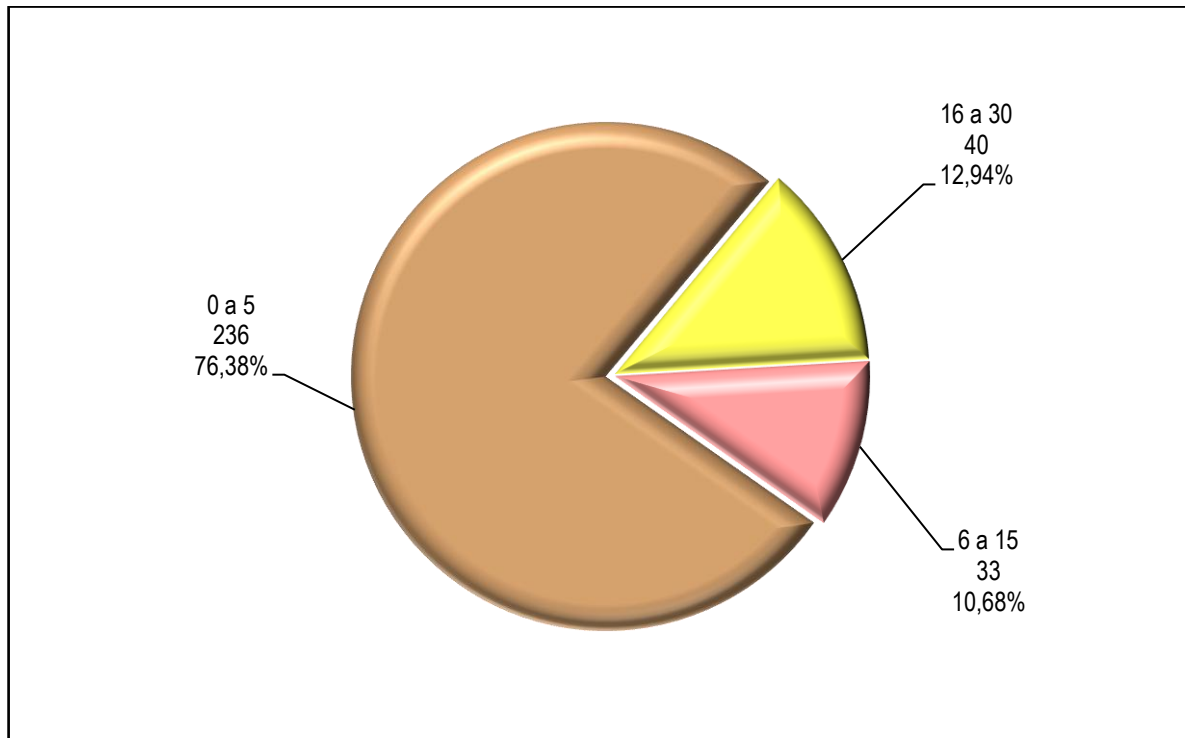
Nota: (*) Respostas da Ouvidoria sem encaminhamento prévio para outras unidades.

GRÁFICO 12 - Situação das Demandas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis)



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca do Tribunal pelo aprimoramento constante de suas ações, com vistas ao cumprimento de sua missão constitucional e de suas metas institucionais, está refletida no resultado expressivo apresentado neste relatório, o que reforça, sem dúvida, a importância do papel desta Corte na defesa do interesse público em benefício da sociedade.

Cumprindo seu Plano Estratégico 2015-2019, Resolução nº 27/2014, o Tribunal dará continuidade às ações do Plano que ora se encerra, 2010-2014, implementando outras ações que atendam às novas demandas de melhoria ou de inovação, num processo que assegurará a evolução continuada de seu sistema de gestão e, principalmente, a produção de resultados que agreguem valor para a sociedade.